



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
URBANISMO E  
LICENCIAMENTO

# **REVISÃO INTERMEDIÁRIA DO PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO**

## **SISTEMATIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PLATAFORMA PARTICIPE MAIS**

**Plano  
Diretor  
SP**  
revisão  
2021-2022

**Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL  
Coordenadoria de Planejamento Urbano – Planurb**

# TUTORIAL PARA NAVEGAÇÃO EM DOCUMENTOS ACESSÍVEIS (PDF)

Abaixo, são listadas as principais teclas de atalhos para leitura de documentos por usuários de software de leitor de tela:

**Teclas ctrl+home** - vai para a primeira página do documento

**Teclas ctrl+end** - vai para a última página do documento

**Tecla page up** - retorna uma página

**Tecla page down** - avança uma página

**Teclas ctrl+shift+n** - vai para uma página específica do documento (arquivos em pdf)

**Tecla seta para baixo** - posiciona na linha de baixo fazendo a leitura

**Tecla seta para cima** - posiciona na linha de cima fazendo a leitura

**Teclas Insert+seta para baixo** - lê do ponto onde está até o fim do documento

**Tecla tab** - em uma tabela avança para a próxima coluna

**Tecla shift tab** - em uma tabela retorna uma coluna

**Teclas ctrl+alt + seta para cima** - em uma tabela, posiciona e lê a mesma coluna na linha de cima.

**Teclas ctrl+alt + seta para baixo** - em uma tabela, posiciona e lê a mesma coluna na linha de baixo.

As listas de figuras, gráficos, mapas, quadros, tabelas e o sumário estão hiperlinkados, o que facilita a navegação pelo documento. Assim, basta teclar enter sobre um item das listas ou um tópico do sumário para acessá-lo diretamente.

# LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Lista de Subtemas

Quadro 2. Contribuições Discursivas do Portal Participe Mais

Quadro 3. Número de Contribuições Escritas por Questão do Participe Mais

# LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Resultado Pergunta 1

Gráfico 2. Resultado Pergunta 2

Gráfico 3. Resultado Pergunta 3

Gráfico 4. Resultado Pergunta 4

Gráfico 5. Resultado Pergunta 5

Gráfico 6. Resultado Pergunta 6

Gráfico 7. Resultado Pergunta 7

Gráfico 8. Resultado da Pergunta 8

Gráfico 9. Resultado da Pergunta 9

Gráfico 10. Resultado da Pergunta 10

Gráfico 11. Resultado da Pergunta 11

Gráfico 12. Resultado da Pergunta 12

Gráfico 13. Resultado da Pergunta 13

Gráfico 14. Resultado da Pergunta 14

Gráfico 15. Contribuições pertinentes ao PDE por natureza da contribuição do eixo temático Ordenamento Territorial

Gráfico 16. Subtemas Principais do eixo temático Ordenamento Territorial

Gráfico 17. Contribuições pertinentes ao PDE por natureza da contribuição do eixo temático Mobilidade

Gráfico 18. Subtemas Principais do eixo temático Mobilidade

Gráfico 19. Contribuições pertinentes ao PDE por natureza da contribuição do eixo temático Habitação

Gráfico 20. Subtemas Principais do eixo temático Habitação

Gráfico 21. Contribuições pertinentes ao PDE por natureza da contribuição do eixo temático Meio Ambiente

Gráfico 22. Subtemas Principais do eixo temático Meio Ambiente

Gráfico 23. Contribuições pertinentes ao PDE por natureza da contribuição do eixo temático Patrimônio Cultural

Gráfico 24. Subtemas Principais do eixo temático Patrimônio Cultural

Gráfico 25. Contribuições pertinentes ao PDE por natureza da contribuição do eixo temático Desenvolvimento Econômico e Social

Gráfico 26. Subtemas Principais do eixo temático Desenvolvimento Econômico e Social

Gráfico 27. Contribuições pertinentes ao PDE por natureza da contribuição do eixo temático Gestão Democrática

Gráfico 28. Subtemas Principais do eixo temático Gestão Democrática

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1. METODOLOGIA DE SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES.....</b>	<b>1</b>
1.1. FASE 01 DA SISTEMATIZAÇÃO .....	2
1.2. FASE 02 DA SISTEMATIZAÇÃO .....	3
1.3. FASE 03 DA SISTEMATIZAÇÃO .....	6
<b>PARTE 1 – PERGUNTAS DO PORTAL PARTICIPE MAIS.....</b>	<b>8</b>
PERGUNTA 1.....	8
PERGUNTA 2.....	9
PERGUNTA 3.....	9
PERGUNTA 4.....	10
PERGUNTA 5.....	11
PERGUNTA 6.....	12
PERGUNTA 7.....	13
PERGUNTA 8.....	13
PERGUNTA 9.....	14
PERGUNTA 10.....	15
PERGUNTA 11.....	15
PERGUNTA 12.....	16
PERGUNTA 13.....	17
PERGUNTA 14.....	18
<b>PARTE 2 – CONTRIBUIÇÕES ESCRITAS DO PORTAL PARTICIPE MAIS .....</b>	<b>18</b>
EIXO TEMÁTICO 1 – ORDENAMENTO TERRITORIAL.....	19
EIXO TEMÁTICO 2 – MOBILIDADE .....	25
EIXO TEMÁTICO 3 – HABITAÇÃO .....	29
EIXO TEMÁTICO 4 – MEIO AMBIENTE.....	34
EIXO TEMÁTICO 5 – PATRIMÔNIO CULTURAL.....	38
EIXO TEMÁTICO 6 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.....	41
EIXO TEMÁTICO 7 – GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	45
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>48</b>

## INTRODUÇÃO

Este relatório é parte do conjunto de três relatórios que compõem a sistematização técnica dos eventos que constituíram a Etapa 01 do Processo Participativo da Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégica - PDE, Lei Municipal 16.050 de 2014. Este processo participativo e sistematização resultante dele foram o ponto de partida para a definição dos limites da revisão e identificação dos principais assuntos que devem ser objeto de debates na Etapa 2.

O presente documento tem como objetivo classificar, quantificar e avaliar as contribuições que foram feitas na consulta pública realizada através do portal Participe Mais nos períodos de 25/04 a 09/05 e 04/07/2022 a 12/08/2022. Nesta etapa, a participação social no portal citado foi estruturada por meio de um questionário com 14 perguntas objetivas, com quatro alternativas, sobre temas específicos do PDE, e fundamentadas conforme o Diagnóstico de Aplicação do PDE/2014, publicado pela Coordenadoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) em abril de 2022. As questões tiveram a finalidade de coletar a opinião dos munícipes sobre a aplicação do PDE em relação a seus instrumentos, estratégias e objetivos. Todas as perguntas permitiam interações discursivas, de modo que, ao final do período de participação, foi possível coletar tanto o resultado das questões diretas quanto um diversificado conjunto de contribuições escritas com percepções e reivindicações da população sobre a aplicação do plano desde 2014.

Os resultados das perguntas são exibidos na Parte 1 deste relatório através de gráficos que expressam o total de respostas obtidas e a distribuição das respostas entre as quatro alternativas disponíveis. As contribuições escritas foram sistematizadas de acordo com a metodologia descrita no item “Metodologia de Sistematização das Contribuições” desse documento e são apresentadas na Parte 2, conforme os eixos temáticos do PDE: 1 – Ordenamento Territorial; 2 – Mobilidade; 3 – Habitação; 4 – Meio Ambiente; 5 – Patrimônio Cultural; 6 – Desenvolvimento Econômico e Social; e 7 – Gestão Democrática. Após a Parte II são apresentadas as considerações finais que objetivam elencar os principais apontamentos obtidos pelo processo participativo para definição do escopo da revisão intermediária.

## 1. METODOLOGIA DE SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES

Para a Etapa 01 de Revisão Intermediária do PDE a Coordenadoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL/Planurb) elaborou 14 questões temáticas para capturar as opiniões e argumentos dos munícipes e possibilitar o

debate sobre a aplicação do Plano Diretor. Entre as 14 perguntas do questionário, 13 abordam especificidades do PDE e 1 incita o munícipe para uma contribuição escrita de temática livre. As 13 questões específicas são oriundas dos temas que se sobressaíram no Diagnóstico de Aplicação do PDE e também possibilitam que o munícipe faça um comentário escrito. O formato dos resultados está dividido em duas formas: resultados quantitativos referentes às respostas das 14 perguntas e no formato de um conjunto de contribuições escritas.

A metodologia de sistematização para o canal de participação social Participe Mais foi pactuada entre SMUL/Gabinete e SMUL/Planurb, com o objetivo de alcançar um resultado que associe as contribuições dos munícipes com os elementos do PDE retratados nas suas contribuições para fornecer uma visão do que a sociedade enxerga como ajuste necessário no PDE.

Para o resultado das questões objetivas é apresentado o resultado do questionário de forma quantitativa, com gráficos que exibem a quantidade total de respostas e a divisão das respostas de acordo com as alternativas disponíveis para cada questão.

A sistematização das contribuições escritas foi dividida em três fases apresentadas a seguir.

## 1.1. FASE 01 DA SISTEMATIZAÇÃO

A primeira etapa de classificação das contribuições feita por SMUL/Planurb partiu da classificação da pertinência, ou não, da contribuição realizada pelo munícipe às competências e objetivos do Plano Diretor Estratégico (PDE). Através do canal Participe Mais, foram recebidos comentários e interações que receberam uma classificação de resposta “Sim” quando a contribuição era pertinente ao PDE, e resposta “Não” em caso negativo.

Os critérios para essa categorização partiram da delimitação de um conjunto de justificativas aplicáveis para a não pertinência de cada contribuição, isto é, foram elencados os motivos que **desconsideram a contribuição como um elemento pertinente ao escopo do PDE**. De tal forma, apresenta-se a seguir as justificativas para a atribuição negativa da contribuição para a pertinência do PDE:

1. Contribuições que discutem cenários políticos, econômicos e sociais em âmbitos diversos, sem realizar uma associação clara com a disciplina do Plano Diretor;
2. Casos onde as contribuições retratavam, de forma explícita, dispositivos e regulações de outras leis específicas, exemplo:
  - a) Casos onde as contribuições retratavam de forma explícita recursos e atribuições da Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), Lei 16.402/2016;

- b) Situações onde a contribuição retratava ritos de licenciamento definidos pelo Código de Obras e Edificações (COE), Lei 16.642/2017. São casos que fazem referência às formas de submissão e espera dos licenciamentos edilícios ou pedidos de regularização edilícia. Em observação ao escrito nesse ítem, as contribuições voltadas para licenciamento de Habitação de Interesse Social (HIS), Habitação de Mercado Popular (HMP), regularização fundiária e regularização edilícia dentro dos ritos da Lei de Anistia (Regularização de Edificações), Lei 17.202/2019 foram associadas à resposta “Sim”, com pertinência ao Plano Diretor;
3. Casos onde as contribuições abordam demandas e problemas territoriais de competência do Governo do Estado de São Paulo e órgãos, autarquias e empresas associadas;
4. Contribuições que retratem sobre questões de escala local associadas, por exemplo, à zeladoria urbana, iluminação pública, disposição de faixas de pedestres, condições da qualidade de vias em relação a asfalto, acúmulo de lixo em vias e logradouros, limpeza e manutenção em espaços públicos, semáforos danificados e manutenção de equipamentos públicos.

Ressalta-se, no entanto, que quando encontrado a convergência de questões dessa escala com algum instrumento, plano e sistema do Plano Diretor, a contribuição foi categorizada com a resposta “Sim”, em relação à pertinência com o PDE. No mesmo sentido, quando identificado que a contribuição possui interlocução com Planos Setoriais que o PDE deve realizar articulação, foi atribuído resposta “Sim” para a categorização da pertinência.

## **1.2. FASE 02 DA SISTEMATIZAÇÃO**

A Etapa 2 consistiu em diferenciar contribuições totais de contribuições originais, seguido da atribuição de tema e atribuição de um Subtema. Para essa categorização, foi feita uma distinção entre as contribuições totais e as contribuições originais, detectando contribuições idênticas fornecidas pelo mesmo município ou por diferentes municípios na Plataforma Participe Mais. Essa diferenciação ocorreu para evitar contradições nas classificações de contribuições que são iguais. Logo, o número de contribuições originais é menor do que o total, devido às contribuições que são duplicadas dentro da plataforma de consulta pública do Participe Mais e ressalta-se que as contribuições duplicadas serão analisadas e sistematizadas pelo seu conteúdo.

De modo geral, o processo de revisão intermediária tem categorizado as contribuições conforme os eixos temáticos identificados no próprio PDE e adaptados na estrutura do Diagnóstico de Aplicação do PDE/2014. Essa estrutura tem organizado o debate público, pois contribui para facilitar o processo de compreensão do planejamento urbano e das suas



diversas frentes de atuação. De mesmo modo, auxilia na participação e na escuta dos diferentes atores e representantes da sociedade civil a partir de seus temas de interesse e torna-se potencialmente facilitadora para posterior sistematização das propostas e elaboração da minuta. Assim, as respostas captadas no Participe Mais foram classificadas, inicialmente, nos eixos temáticos que também organizaram as oficinas presenciais, as audiências públicas e as reuniões com segmentos, sendo: Desenvolvimento Econômico e Social, Gestão Democrática, Habitação, Meio Ambiente, Mobilidade, Ordenamento Territorial e Patrimônio Cultural.

Após categorizar as contribuições originais por eixo temático, foi feita uma atribuição de até dois Subtemas, um Subtema Principal e um Subtema Secundário. Essa metodologia justifica-se pela inter-relação das temáticas urbanas tratadas no PDE e pela frequência de contribuições que retratam mais de um assunto do PDE. Cita-se como exemplo sobre essa questão, os Eixos de Estruturação e Transformação Urbana (EETUs) que possuem relação com moradia, meio-ambiente, patrimônio cultural, infraestrutura urbana, entre outros vínculos. Uma contribuição sobre o tema EETU, por exemplo, pode ter uma tendência de estar associada aos temas complementares, o que evidencia a necessidade de atribuir à cada contribuição um Subtema Principal e um Subtema Secundário. Da mesma forma, outros elementos do Plano Diretor podem produzir uma cadeia de relações aos moldes dos EETU's, justificando o uso de dois Subtemas para a sistematização.

Para a identificação dos subtemas foi feita então uma análise dos assuntos prioritários que surgiram por meio do processo participativo. Estes assuntos foram comparados com as problemáticas retiradas do diagnóstico de aplicação do PDE, documento base de discussão desta etapa 01 do processo participativo, conforme explicado na introdução. Foi então consolidada uma lista final destes subtemas, apresentada a seguir. Destes subtemas, foram criados os grupos de estudo internos à SMUL/Planurb que, para além das contribuições da etapa 01, também recepcionarão as propostas de revisão por meio do processo participativo.

Quadro 1. Lista de Subtemas

Lista de Subtemas	Tema
Centralidades	Desenvolvimento Econômico e Social
Equipamentos urbanos e sociais	
Oferta de Emprego	
Parque Tecnológico	
Polo Estratégico de Desenvolvimento Econômico (PEDE) e Perímetro de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico (PIDE)	
Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico	
Zona Predominantemente Industrial (ZPI) e Zona de Desenvolvimento Econômico (ZDE)	

Lista de Subtemas	Tema
Conselhos	Gestão Democrática
Fluxo de Dados e Transparência	
Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (Fundurb)	
Instrumentos de Participação Social	
Plano de Bairro	
Planos regionais	
Cidades Inteligentes	
Concessão de Uso Especial para fins de Moradias (CUEM)	Habitação
Consórcio Imobiliário	
Cota de Solidariedade	
Desapropriação mediante pagamento de títulos da dívida pública	
Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsório (PEUC)	
Produção de Habitação de Interesse Social (HIS)/Habitação de Mercado Popular (HMP)	
Regularização Edilícia	
Regularização Fundiária	Meio Ambiente
Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)	
Áreas Verdes Públicas	
Educação Ambiental	
Expansão da Mancha Urbana	
Fundo Municipal de Parques (FMP)	
Instrumentos de Gestão Ambiental	
Mudanças climáticas	
Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA)	
Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL)	
Resíduos Sólidos	Mobilidade
Sistema de Drenagem	
Termo de Compromisso Ambiental (TCA)	
Mobilidade Ativa	
Transporte Coletivo	Ordenamento Territorial
Sistema viário	
Eixos de Estruturação e Transformação Urbana (EETU)	
Fachada Ativa	
Operações Urbanas	
Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC)	
Projeto de Intervenção Urbana (PIU)	
Transferência do Direito de Construir (TDC)	
Uso Misto	Patrimônio Cultural
Transformação urbana	
Instrumentos de Proteção ao Patrimônio Cultural	
Termo de ajustamento de conduta cultural (TACC)	
Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP)	Patrimônio Cultural
<i>Retrofit</i>	

Elaboração: SMUL/Planurb, 2022

### 1.3. FASE 03 DA SISTEMATIZAÇÃO

Essa fase consiste em uma sistematização das contribuições, dividida três momentos: 1 – Análise Quantitativa; 2 – Síntese dos assuntos abordados nas contribuições; e 3 – Articulação das contribuições com o Plano Diretor Estratégico. Explica-se, a seguir, cada um desses três momentos da fase 03.

#### 1.3.1. Análise Quantitativa

O momento 01 da fase 03 trata-se de uma análise exclusivamente quantitativa, com o objetivo de apresentar o universo de contribuições recebidas. Ainda trabalhando com os temas principais, conforme explicado na fase 02, a quantificação foi apresentada de acordo com as seguintes separações: 1 - contribuições totais e originais; 2 - contribuições de acordo com pertinência e não pertinência com o PDE; 3 - contribuições de acordo com Subtema; e 4 - contribuições de acordo com sua natureza.

Em relação a classificação da natureza das contribuições o item 1.3.2, a seguir, relata as definições dessa categorização, utilizadas para a quantificação das contribuições recebidas.

#### 1.3.2. Definição da Natureza das Contribuições

A definição da natureza de cada contribuição foi pactuada entre SMUL/Gabinete e SMUL/Planurb de acordo com as quatro naturezas principais aparentes nas contribuições: Contribuição Opinitiva/Expositiva, Contribuição Propositiva, Contribuição Inquisitiva e Contribuição Reivindicativa.

A Contribuição Opinitiva/Expositiva está vinculada às contribuições onde o munícipe expressa exclusivamente a sua opinião sobre algum tema pertinente, ou não, ao PDE, sem relacioná-las com alguma proposta. Esse tipo de contribuição, ainda que não realize propostas, transmite satisfações ou insatisfações da opinião pública sobre algum aspecto do PDE.

A Contribuição Propositiva está vinculada às contribuições onde o munícipe aborda algum tema vinculado, ou não, ao Plano Diretor; em seguida, identifica os problemas do tema e propõe ajustes. A contribuição propositiva tem sua importância na medida em que sugere ajustes, ainda que de forma indireta para instrumentos do PDE e informam locais específicos do PDE que podem ser alvo de ajustes.

A Contribuição Inquisitiva está vinculada às contribuições onde o munícipe debate algum tema vinculado, ou não, ao PDE, em seguida, identifica os problemas do tema e necessidades de ajustes e solicita esclarecimentos da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) sobre os problemas e ajustes identificados. As contribuições inquisitivas indicam

pontos da legislação em que as estratégias e resultados ainda não estão elucidados para a população e exigem que a prefeitura estude o tema para o aprimoramento levantado pela participação social.

A Contribuição Reivindicativa está vinculada às contribuições onde o munícipe identifica alguma problemática ou demanda sobre alguma região de São Paulo, ou sobre alguma temática urbana e exige ações da PMSP direcionadas para a resolução do que foi identificado. Esse tipo de contribuição informa demandas da população originadas de opiniões individuais ou de manifestações da sociedade civil organizada sobre carências de algum território ou sobre alguma temática urbana.

Cada contribuição está associada a apenas uma natureza, sem sobreposições e a categorização de cada contribuição de acordo com as quatro naturezas explicadas foi elaborada por SMUL/Gabinete e encaminhada para SMUL/Planurb para a composição da análise quantitativa, com algumas pontuações qualitativas no processo de sistematização. Explicado o processo da quantificação e as definições da natureza das contribuições, será explicado os momentos 2 e 3 da etapa 3 de sistematização.

### **1.3.3. Síntese dos assuntos abordados nas contribuições**

O momento 2 da fase 3 de sistematização é uma sintetização das ideias principais do que foi exposto nas contribuições, com a finalidade de transmitir os principais pontos descritos na consulta pública de acordo com Tema e Subtema(s). Destaca-se que mesmo que as contribuições tenham relação com o PDE, algumas podem conter interpretações ou informações incorretas. Entretanto, o relato desse panorama procurou esclarecer a forma como o munícipe identificou a aplicação do PDE, uma vez que esse momento da fase 3 é descritivo e busca transmitir as principais ideias das contribuições recebidas. Logo, informações com algum grau de equívoco de entendimento sobre a lógica do PDE foram mantidas.

### **1.3.4. Articulação das contribuições com o Plano Diretor Estratégico**

Nesse momento da Etapa 03 a sistematização utilizou o panorama geral das contribuições para relacionar a abordagem da participação social pelo Participe Mais com os instrumentos, ações estratégicas, objetivos, planos e sistemas do Plano Diretor. Essa fusão procurou unir contribuição e elemento do Plano Diretor, para esclarecer quais questões do PDE estão em voga para revisão de acordo com a visão da participação popular. Dessa maneira, o documento finaliza com um relato elaborado por SMUL/Planurb que sinaliza para os componentes do PDE que necessitam de ajustes de acordo com a visão da participação social.

Exposto a metodologia de sistematização de contribuições, a Parte 1 e Parte 2 desse documento apresentam os principais resultados das contribuições recebidas.

## PARTE 1 – PERGUNTAS DO PORTAL PARTICIPE MAIS

Esta parte do documento apresenta as 14 questões do processo participativo da Plataforma Participe Mais, exibindo a pergunta, as alternativas e o resultado obtido em forma de gráficos de barras. Após a apresentação das questões objetivas e seus resultados, é exposto um panorama geral das contribuições discursivas, com a apresentação do número de contribuições escritas recebidas pela plataforma.

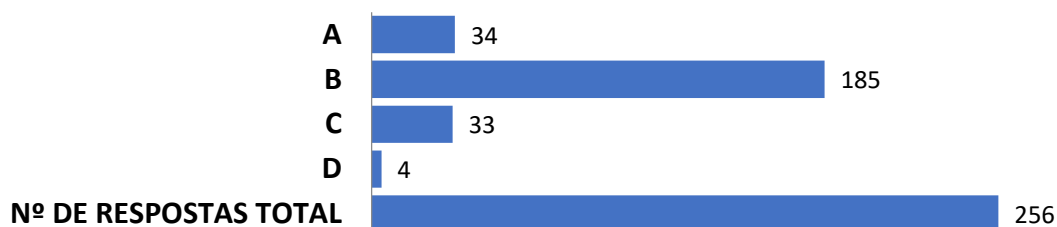
### PERGUNTA 1

Os Eixos de Estruturação da Transformação Urbana foram criados no Plano Diretor Estratégico (PDE) a partir dos conceitos de “Cidade Compacta” e de “Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável” para orientar o crescimento da cidade nas proximidades do transporte público, reduzir deslocamentos e aproximar as áreas de emprego e moradia. Assim, o PDE procurou promover um adensamento populacional nas áreas próximas da rede de transporte coletivo (metrô, trens e corredores de ônibus).

Assinale a alternativa com a qual você mais concorda:

- a) O desenvolvimento ocorrido nas áreas dos Eixos nos últimos anos está alinhado com os objetivos descritos e é adequado às disposições do PDE
- b) O desenvolvimento ocorrido nas áreas dos Eixos nos últimos anos não cumpriu efetivamente os objetivos previstos no PDE e devem ser aperfeiçoados
- c) No momento, prefiro não opinar sobre este tema
- d) Nenhuma das alternativas anteriores (\*se entender necessário, comente no quadro abaixo)

Gráfico 1. Resultado Pergunta 1



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Descrição do Gráfico 01:

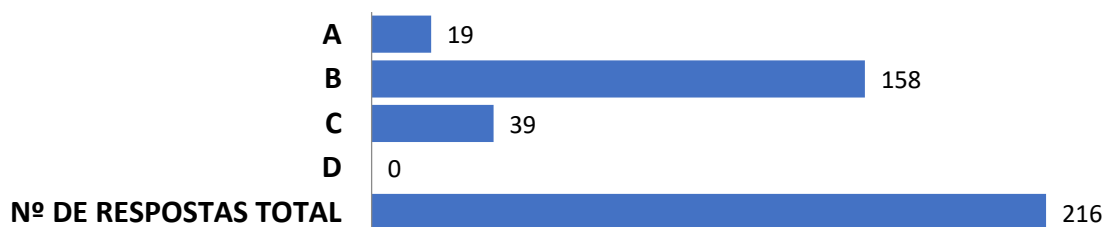
O Gráfico 1 apresenta, em formato de barras, o resultado da pergunta 1 da plataforma Participe Mais, sendo: 256 respostas totais, 34 respostas com alternativa “A”, 185 respostas com alternativa “B”, 33 respostas com alternativa “C”, e 4 respostas com alternativa “D”.

## PERGUNTA 2

O Plano Diretor trouxe parâmetros que visam promover, ao longo dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana, o adensamento populacional, o incentivo ao uso misto (residências, escritórios e comércio) e o desestímulo ao uso do automóvel (restrição do número de vagas de garagem). Com base em sua percepção sobre os empreendimentos que você vê em desenvolvimento na cidade ao longo dos Eixos de transporte público nos últimos anos, você:

- Entende que os parâmetros atuais estão contribuindo para alcançar as transformações esperadas nos Eixos
- Entende que os parâmetros atuais devem ser aperfeiçoados para alcançar as transformações esperadas nos Eixos
- No momento, prefiro não opinar sobre este tema
- Nenhuma das alternativas anteriores (\*se entender necessário, comente no quadro abaixo)

Gráfico 2. Resultado Pergunta 2



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Descrição do Gráfico 2:

O Gráfico 2 apresenta, em formato de barras, o resultado da pergunta 02 da plataforma Participe Mais, sendo: 216 respostas totais, 19 respostas com alternativa “A”, 158 respostas com alternativa “B”, 39 respostas com alternativa “C”, e 0 respostas com alternativa “D”.

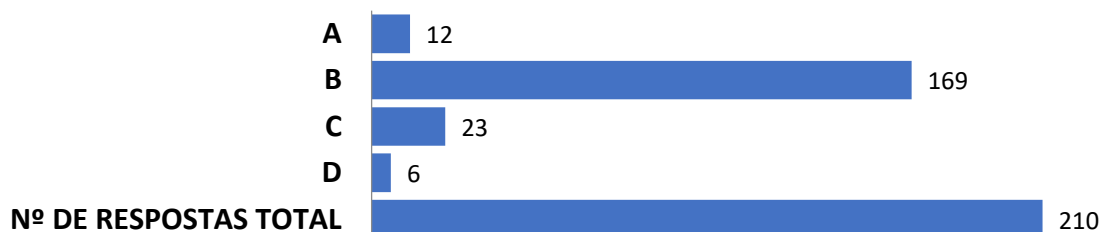
## PERGUNTA 3

Pensando na estratégia do Plano Diretor de melhorar a mobilidade urbana, assim como nos objetivos e diretrizes relacionadas à Política e Sistema de Mobilidade, você considera que:

- O Plano Diretor já contempla o tema da mobilidade urbana na cidade de maneira satisfatória

- b) São necessários aperfeiçoamentos nas disposições do Plano Diretor para que as ações prioritárias de Mobilidade Urbana sejam efetivadas
- c) No momento, prefiro não opinar sobre este tema
- d) Nenhuma das alternativas anteriores (\*se entender necessário, comente no quadro abaixo)

Gráfico 3. Resultado Pergunta 3



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Descrição do Gráfico 3:

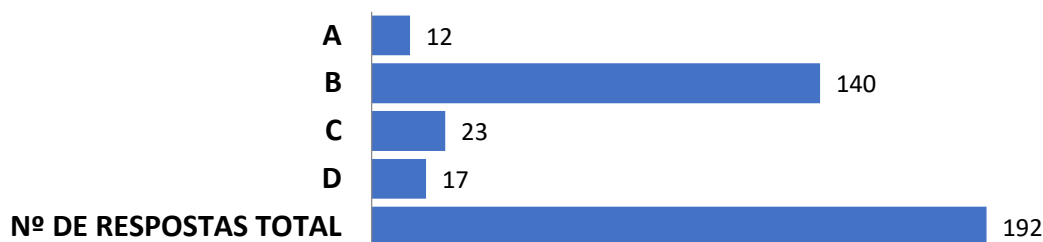
O Gráfico 3 apresenta, em formato de barras, o resultado da pergunta 03 da plataforma Participe Mais, sendo: 210 respostas totais, 12 respostas com alternativa “A”, 169 respostas com alternativa “B”, 23 respostas com alternativa “C”, e 6 respostas com alternativa “D”.

## PERGUNTA 4

Sobre os instrumentos indutores da função social da propriedade (Art. 99 a 112 do Plano Diretor), o Diagnóstico de Aplicação do PDE aponta que muitos imóveis não estão cumprindo a função social da propriedade, mesmo após as notificações emitidas pela Prefeitura e sucessivos aumentos das alíquotas do IPTU progressivo. Você considera que:

- a) Os instrumentos estão adequados aos objetivos do Plano Diretor
- b) Os instrumentos necessitam de aperfeiçoamentos para que seus resultados sejam mais efetivos ao longo da vigência do PDE
- c) No momento, prefiro não opinar sobre este tema
- d) Nenhuma das alternativas anteriores (\*se entender necessário, comente no quadro abaixo)

Gráfico 4. Resultado Pergunta 4



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Descrição do Gráfico 4:

O Gráfico 4 apresenta, em formato de barras, o resultado da pergunta 03 da plataforma Participe Mais, sendo: 192 respostas totais, 12 respostas com alternativa “A”, 140 respostas com alternativa “B”, 23 respostas com alternativa “C”, e 17 respostas com alternativa “D”.

As respostas da questão 4 mostram a necessidade de aprimoramento dos instrumentos indutores da função social. Para esse assunto, as contribuições escritas relataram sobre a necessidade de mecanismos que viabilizem *retrofit* em imóveis vazios e/ou deteriorados e formas de efetivar a atribuição de uso a imóveis e terrenos vazios. As contribuições também dialogam com as taxas e o período das alíquotas do IPTU Progressivo.

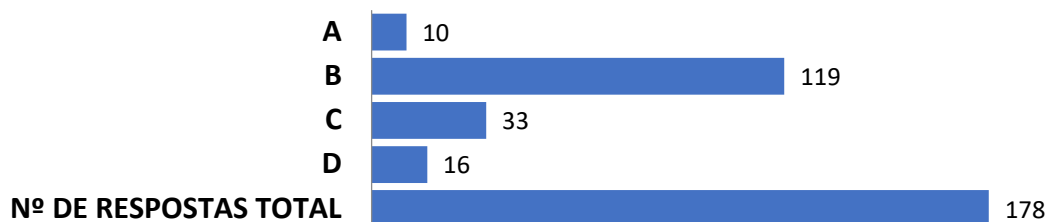
## PERGUNTA 5

Em relação ao licenciamento de Habitação de Interesse Social (HIS) e de Habitação de Mercado Popular (HMP) o Diagnóstico apontou: (1) um crescimento substancial dos licenciamentos promovidos pelo setor privado; e (2) uma disparidade entre uma menor produção de unidades HIS 1 (famílias com renda familiar mensal média de no máximo 3 salários mínimos) e uma maior produção de HIS 2 (famílias com renda familiar mensal média de no máximo 6 salários mínimos). Tendo em vista os incentivos e isenções previstos no PDE, você acredita que:

- a) Os incentivos previstos pelo Plano Diretor em relação à produção de HIS estão adequados e ajudando a combater o déficit habitacional da cidade
- b) O Plano Diretor deve distinguir os incentivos em relação às categorias de HIS 1 e HIS 2, a fim de dar maior incentivo para a produção de HIS 1, tendo em vista que esta modalidade atende as faixas mais baixas de renda
- c) No momento, prefiro não opinar sobre este tema
- d) Nenhuma das alternativas anteriores (\*se entender necessário, comente no quadro abaixo)



Gráfico 5. Resultado Pergunta 5



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Descrição do Gráfico 5:

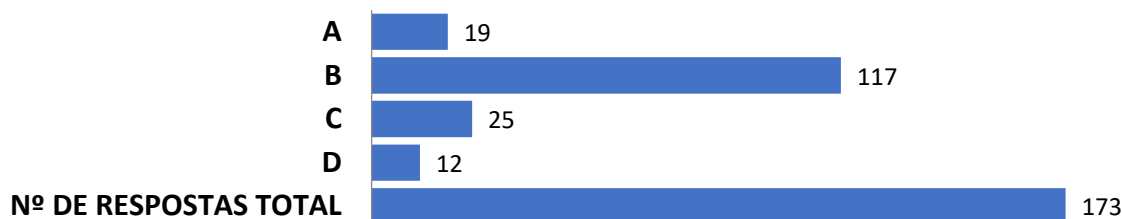
O Gráfico 5 apresenta, em formato de barras, o resultado da pergunta 05 da plataforma Participe Mais, sendo: 178 respostas totais, 10 respostas com alternativa “A”, 119 respostas com alternativa “B”, 33 respostas com alternativa “C”, e 16 respostas com alternativa “D”.

## PERGUNTA 6

O Plano Diretor possui um instrumento denominado Cota de Solidariedade. Por ele, todo empreendimento com Área Construída Computável (ACC) superior a 20.000 m<sup>2</sup> deve destinar 10% da ACC para Habitação de Interesse Social (HIS). Alternativamente, essa exigência pode (1) ser atendida em outro terreno, produzindo no mínimo a mesma ACC exigida; (2) doar terreno de valor equivalente a 10% do valor da área total do terreno do empreendimento; ou (3) depositar 10% do valor da área total do terreno na conta segregada para HIS do Fundo de Desenvolvimento Urbano (Fundurb). Sobre esse instrumento:

- a) Entende que os parâmetros atuais são adequados e estão contribuindo para a provisão habitacional de interesse social na cidade
- b) Entende que os parâmetros atuais devem ser aperfeiçoados para contribuir para a provisão habitacional de interesse social na cidade
- c) No momento, prefiro não opinar sobre este tema
- d) Nenhuma das alternativas anteriores (\*se entender necessário, comente no quadro abaixo)

Gráfico 6. Resultado Pergunta 6



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Descrição do Gráfico 6:

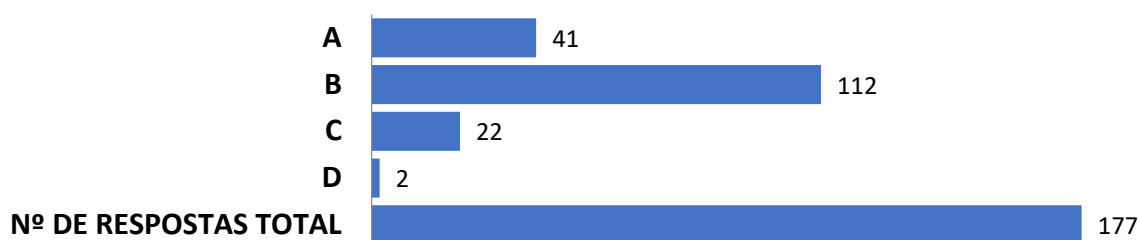
O Gráfico 6 apresenta, em formato de barras, o resultado da pergunta 05 da plataforma Participe Mais, sendo: 173 respostas totais, 10 respostas com alternativa “A”, 117 respostas com alternativa “B”, 25 respostas com alternativa “C”, e 12 respostas com alternativa “D”.

## PERGUNTA 7

Visando melhorar a mobilidade urbana, o Plano Diretor Estratégico (PDE) previu como principais ações a expansão das redes de transporte de alta e média capacidade (trens, metrô e corredores de ônibus) e os modos de locomoção não motorizados (como mobilidade à pé e de bicicleta), além de diminuir o uso do automóvel. Diante deste cenário, você:

- Entende que o PDE contribui para a possibilidade de efetivá-las
- Entende que há ajustes a serem feitos no PDE para efetivá-las
- No momento, prefiro não opinar sobre este tema
- Nenhuma das alternativas anteriores (\*se entender necessário, comente no quadro abaixo)

Gráfico 7. Resultado Pergunta 7



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Descrição do Gráfico 7:

O Gráfico 7 apresenta, em formato de barras, o resultado da pergunta 07 da plataforma Participe Mais, sendo: 177 respostas totais, 41 respostas com alternativa “A”, 112 respostas com alternativa “B”, 22 respostas com alternativa “C”, e 02 respostas com alternativa “D”.

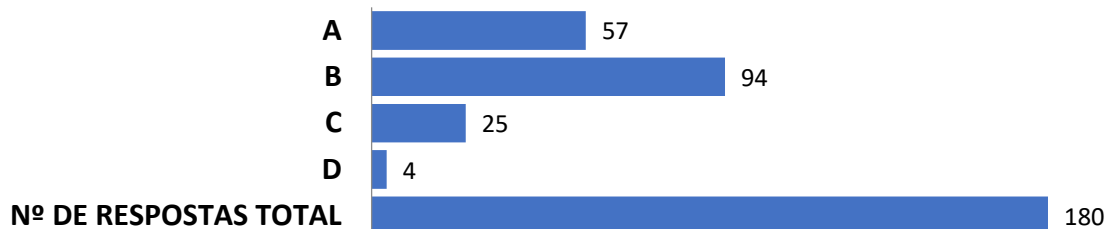
## PERGUNTA 8

O Plano Diretor pretende melhorar a vida nos bairros por meio de ações como a qualificação de centralidades (centros de comércio e serviços nos bairros) e espaços públicos (praças, calçadas, etc), a expansão de equipamentos públicos e áreas verdes, bem como o fortalecimento das instâncias locais de planejamento urbano. Diante deste cenário, você:

- Entende que tais ações possibilitam a melhoria da vida nos bairros
- Entende que tais ações podem ser aperfeiçoadas no PDE
- No momento, prefiro não opinar sobre este tema

- d) Nenhuma das alternativas anteriores (\*se entender necessário, comente no quadro abaixo)

Gráfico 8. Resultado da Pergunta 8



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Descrição do Gráfico 8:

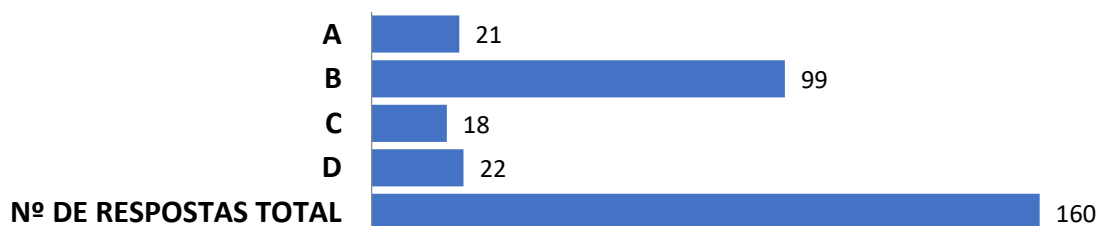
O Gráfico 8 apresenta, em formato de barras, o resultado da pergunta 08 da plataforma Participe Mais, sendo: 180 respostas totais, 57 respostas com alternativa “A”, 94 respostas com alternativa “B”, 25 respostas com alternativa “C”, e 04 respostas com alternativa “D”.

## PERGUNTA 9

A partir da ordenação territorial da cidade em partes homogêneas denominadas Macroáreas, o PDE determinou a necessidade de realização, pela Prefeitura, de estudos técnicos e participativos denominados Projetos de Intervenção Urbana (PIUs), para a definição de parâmetros e incentivos específicos e melhoria das condições urbanas e ambientais em territórios estratégicos e com maior potencial de transformações, com prioridade na Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM). Diante deste cenário, você:

- Entende que os Projetos de Intervenção Urbana (PIUs), tal como definidos pelo PDE, são adequados para promover as transformações pretendidas nestes territórios.
- Entende que são necessários ajustes no PDE para que os PIUs possam promover as transformações pretendidas nestes territórios.
- No momento, prefiro não opinar sobre este tema.
- Nenhuma das alternativas anteriores (\*se entender necessário, comente no quadro abaixo).

Gráfico 9. Resultado da Pergunta 9



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Descrição do Gráfico 9:

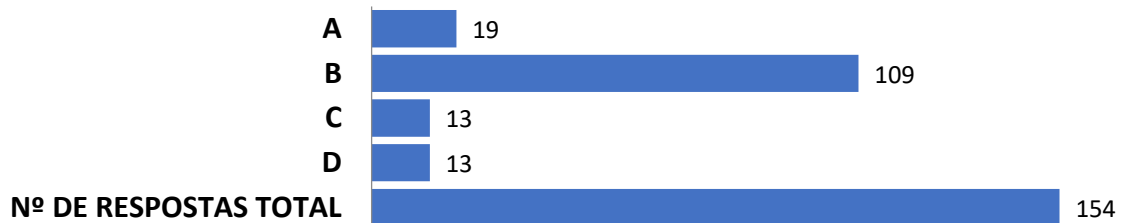
O Gráfico 9 apresenta, em formato de barras, o resultado da pergunta 09 da plataforma Participe Mais, sendo: 160 respostas totais, 21 respostas com alternativa “A”, 99 respostas com alternativa “B”, 18 respostas com alternativa “C”, e 22 respostas com alternativa “D”.

## PERGUNTA 10

Diante das disparidades na distribuição de oportunidades de emprego nas diversas regiões da cidade, o Plano Diretor prevê algumas estratégias para promover o desenvolvimento econômico descentralizado, tais como os Polos Estratégicos de Desenvolvimento Econômico, os Polos de Economia Criativa e o fortalecimento das Centralidades (centros de comércio e serviços nos bairros). Sobre esse assunto, você:

- Entende que as estratégias definidas são adequadas para promover o desenvolvimento econômico descentralizado da cidade.
- Entende que as estratégias definidas precisam de aperfeiçoamento para promover o desenvolvimento econômico descentralizado da cidade.
- No momento, prefiro não opinar sobre este tema.
- Nenhuma das alternativas anteriores (\*se entender necessário, comente no quadro abaixo).

Gráfico 10. Resultado da Pergunta 10



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Descrição do Gráfico 10:

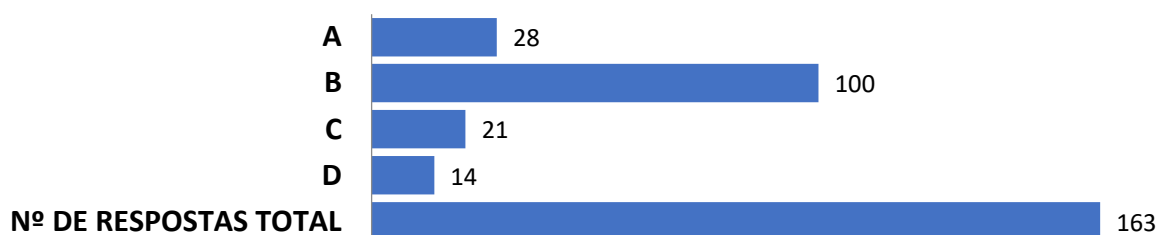
O Gráfico 10 apresenta, em formato de barras, o resultado da pergunta 10 da plataforma Participe Mais, sendo: 154 respostas totais, 19 respostas com alternativa “A”, 109 respostas com alternativa “B”, 13 respostas com alternativa “C”, e 13 respostas com alternativa “D”.

## PERGUNTA 11

O Plano Diretor teve como objetivo a incorporação da agenda ambiental ao desenvolvimento da cidade, por meio de instrumentos e ações como a ampliação de áreas verdes e de preservação ambiental, a recriação da Zona Rural e o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Diante deste cenário, você:

- a) Entende que os instrumentos definidos pelo PDE são adequados para promover o desenvolvimento sustentável da cidade.
- b) Entende que os instrumentos definidos pelo PDE devem ser aperfeiçoados para promover o desenvolvimento sustentável da cidade.
- c) No momento, prefiro não opinar sobre este tema.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores (\*se entender necessário, comente no quadro abaixo).

Gráfico 11. Resultado da Pergunta 11



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Descrição do Gráfico 11:

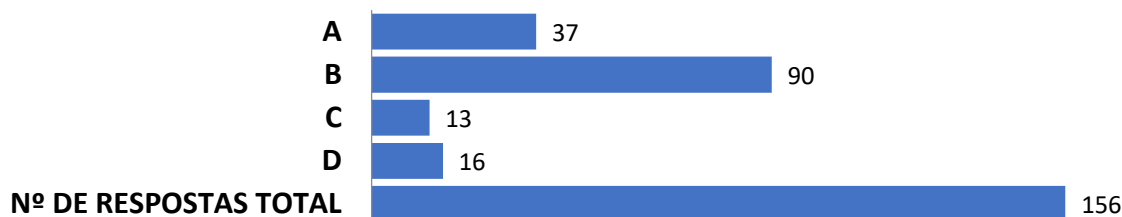
O Gráfico 11 apresenta, em formato de barras, o resultado da pergunta 11 da plataforma Participe Mais, sendo: 163 respostas totais, 28 respostas com alternativa “A”, 100 respostas com alternativa “B”, 21 respostas com alternativa “C”, e 14 respostas com alternativa “D”.

## PERGUNTA 12

Para incentivar a proteção do patrimônio histórico e cultural, o Plano Diretor previu diversos instrumentos, tais como a demarcação de Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC), de áreas com espaços urbanos significativos para memória e identidade paulistana (TICP) e a Transferência do Direito de Construir para imóveis tombados (TDC). Diante deste cenário, você:

- a) Entende que os instrumentos definidos pelo PDE são adequados para proteger o patrimônio histórico e cultural da cidade.
- b) Entende que os instrumentos definidos pelo PDE devem ser aperfeiçoados para proteger o patrimônio histórico e cultural da cidade.
- c) No momento, prefiro não opinar sobre este tema.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores (\*se entender necessário, comente no quadro abaixo).

Gráfico 12. Resultado da Pergunta 12



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Descrição do Gráfico 12:

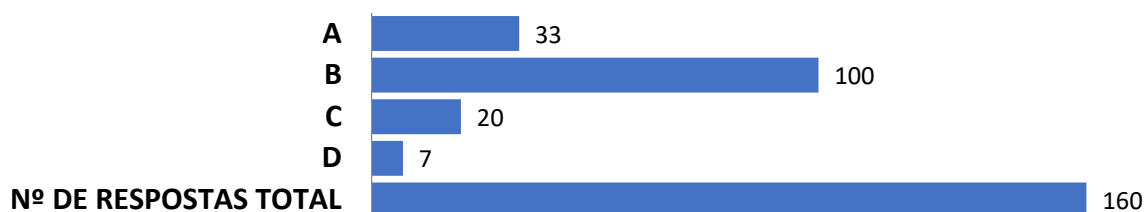
O Gráfico 12 apresenta, em formato de barras, o resultado da pergunta 11 da plataforma Participe Mais, sendo: 156 respostas totais, 37 respostas com alternativa “A”, 90 respostas com alternativa “B”, 13 respostas com alternativa “C”, e 14 respostas com alternativa “D”.

## PERGUNTA 13

Para fomentar a participação popular nas decisões dos rumos da cidade, o Plano Diretor Estratégico definiu instâncias como conselhos de participação social e determinou a elaboração de Planos Regionais das Subprefeituras, além de possibilitar outras iniciativas populares como os Planos de Bairro. Diante deste cenário, você:

- Entende que os instrumentos definidos pelo PDE são adequados para promover a gestão democrática da cidade.
- Entende que os instrumentos definidos pelo PDE devem ser aperfeiçoados para promover a gestão democrática da cidade.
- No momento, prefiro não opinar sobre este tema.
- Nenhuma das alternativas anteriores (\*se entender necessário, comente no quadro abaixo).

Gráfico 13. Resultado da Pergunta 13



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Descrição do Gráfico 13:

O Gráfico 13 apresenta, em formato de barras, o resultado da pergunta 13 da plataforma Participe Mais, sendo: 160 respostas totais, 33 respostas com alternativa “A”, 100 respostas com alternativa “B”, 20 respostas com alternativa “C”, e 07respostas com alternativa “D”.

## PERGUNTA 14<sup>1</sup>

Considerando os resultados do Diagnóstico de Aplicação do Plano Diretor e também a sua vivência na cidade, você gostaria de acrescentar alguma sugestão, crítica ou contribuição para esta Etapa da Revisão Intermediária do PDE?

- a) Sim. Gostaria de fazer um apontamento para esta Etapa de Diagnóstico da implementação do PDE (\*comente sobre o tema no quadro abaixo).
- b) Não. Eu não tenho nenhum outro ponto para destacar.

Gráfico 14. Resultado da Pergunta 14



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Descrição do Gráfico 14:

O gráfico 14 apresenta, em formato de barras, o resultado da pergunta 14 da plataforma Participe Mais, sendo: 160 respostas totais, 33 respostas com alternativa “A”, 100 respostas com alternativa “B”, 20 respostas com alternativa “C”, e 07 respostas com alternativa “D”.

A questão 14 era aberta e possibilitava uma contribuição escrita sobre qualquer tema do PDE. A estratégia da questão fomentou um debate sobre temas diversificados, sendo a questão que mais recebeu contribuições discursivas principalmente para os temas de Ordenamento Territorial, Meio Ambiente e Gestão Democrática.

## PARTE 2 – CONTRIBUIÇÕES ESCRITAS DO PORTAL PARTICIPE MAIS

Após a finalização do período de contribuições no Participe Mais, foram recebidos 905 comentários, no total. Alguns comentários recebidos são idênticos, enviados pelo mesmo munícipe ou por diferentes munícipes. Identificada essa questão, a sistematização das contribuições escritas separou os comentários totais dos comentários originais. A distinção entre total e original está na consideração se o comentário foi repetido, ou não. Os comentários idênticos foram analisados uma única vez, com base em seu conteúdo para evitar contradições de categorização de contribuições que são idênticas. Das 905 contribuições totais, 854 são originais, universo considerado para as categorizações

<sup>1</sup> A pergunta 14 é uma pergunta aberta e os comentários dos munícipes que assinalaram a resposta “A” serão analisados e categorizados conforme a metodologia descrita.

elaboradas de acordo com a metodologia de análise descrita no item “Sistematização das Contribuições”.

A relação com o total de contribuições, contribuições originais e as contribuições separadas por eixo temático está apresentada no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2. Contribuições Discursivas do Portal Participe Mais

	<b>Contribuições Totais</b>	<b>Contribuições Originais</b>
<b>TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES</b>	905	854
Ordenamento Territorial	336	321
Mobilidade	146	139
Habitação	102	100
Meio Ambiente	83	78
Patrimônio Cultural	34	31
Desenvolvimento Econômico e Social	120	109
Gestão Democrática	82	74
NA	2	2
NA: Não se Aplica		

Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

O Quadro 2 é explorado nos Capítulos da Parte II, onde serão apresentados relatórios sobre as contribuições oriundas de comentários, de acordo com o Eixo Temático atribuído para cada contribuição.

## **EIXO TEMÁTICO 1 – ORDENAMENTO TERRITORIAL**

Para o tema deste capítulo temos que as perguntas 1 e 2 abordavam diretamente o desenvolvimento da política urbana nos últimos anos na cidade, principalmente em relação aos eixos de estruturação da transformação urbana. Estas foram as questões, com algum tema específico do PDE, que mais receberam comentários discursivos. A natureza dos comentários foi diversa, e as contribuições refletem a quantidade de opiniões que apontaram para a necessidade de ajuste desse instrumento. As contribuições discursivas apontaram para problemas de aplicação do instrumento, para a forma como o mercado imobiliário interage com os incentivos construtivos nesses locais, refletem opiniões divergentes de segmentos sociais diferentes e trouxeram propostas que relacionam os



EETUs com o tema de habitação social, meio ambiente, patrimônio cultural, infraestrutura urbana, indicando pontos de ajustes no PDE.

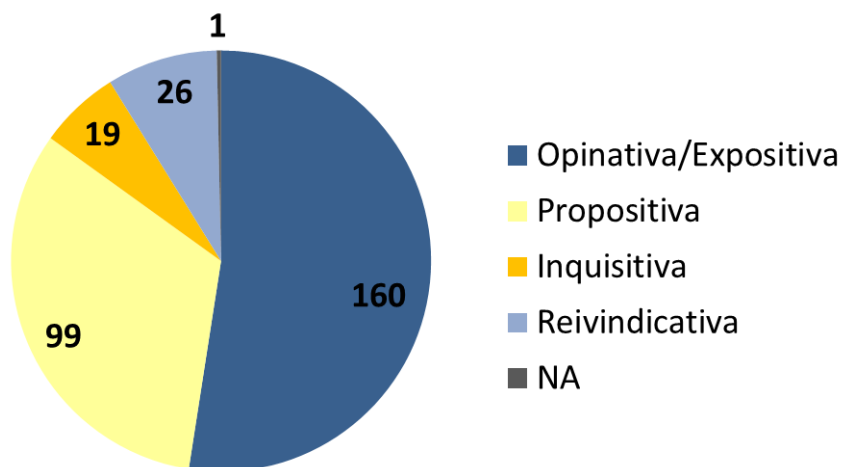
A pergunta 08 enfatiza a estratégia de qualificar a vida urbana nos bairros, e atraiu expressiva participação. As respostas assinaladas apontam que há entendimento no sentido de que as diferentes ações podem ser aperfeiçoadas, mas, comparada às demais questões, também que há significativo número de munícipes que assinalam adequabilidade das ações. Nas contribuições discursivas, a diversidade de comentários aponta, por exemplo, para a necessidade de direcionar investimentos para bairros periféricos e de estabelecer parâmetros qualificadores nas áreas de maior transformação urbana.

A pergunta 09 propõe discussão a respeito de um dos instrumentos de ordenamento territorial mais importantes do PDE/2014, que são os Projetos de Intervenção Urbana (PIUs). As respostas assinaladas apontam para a necessidade de aperfeiçoamentos, mas também demonstram que há dúvidas sobre sua aplicabilidade. Nas contribuições comentadas, indicam diferentes níveis de compreensão e percepção sobre o conceito e a função do instrumento, de modo que há, por exemplo, questionamentos sobre a interação dos PIUs com outros níveis de intervenção previstos no PDE, como AELs, AIUs e OUCs, e divergências quanto a extensão das áreas de abrangência.

### **1.1. Análise Quantitativa**

No tema de Ordenamento Territorial foram recebidas 336 contribuições totais e, entre essas, 321 são contribuições originais. Entre as contribuições originais, 305 (95%) possuem relação com o PDE e 16 (5%) não possuem relação com o PDE. As contribuições que não possuem relação com o PDE estão distribuídas entre as quatro naturezas de contribuições (inquisitivas, propositivas, opinativa/expositiva e reivindicativas), além de contribuições onde não se aplica as quatro naturezas de contribuições. As contribuições que possuem relação com o PDE possuem natureza categorizada conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 15. Contribuições pertinentes ao PDE por natureza da contribuição do eixo temático Ordenamento Territorial



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

#### Descrição do Gráfico 15

O Gráfico 15 apresenta, em formato de pizza, a natureza das contribuições originais que possuem relação com o PDE incluídas na plataforma Participe Mais, sendo: 1 Não se Aplica (NA), 19 Inquisitivas, 26 Reivindicativas, 99 Propositivas e 160 Opinitivas/Expositivas.

Na categorização em Subtemas Principais e Subtemas Secundários, as contribuições que possuem relação com o PDE foram enquadradas em 33 Subtemas Principais, sendo que 176 contribuições tiveram um Subtema Secundário associado ao principal. Entre os Subtemas Principais destacaram-se "Eixos de Estruturação e Transformação Urbana (EETU)" e "Projetos de Intervenção Urbana (PIUs)". A relação com os Subtemas Principais no eixo temático de Habitação estão destacadas no gráfico a seguir.

Gráfico 16. Subtemas Principais do eixo temático Ordenamento Territorial



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

#### Descrição do Gráfico 16

O Gráfico 16 apresenta, em formato de barras, os subtemas atribuídos às contribuições incluídas na plataforma Participe Mais, sendo: 146 sobre EETU, 25 sobre PIU, 23 sobre PEUC, 17 sobre Transformação Urbana, 11 sobre Transporte Coletivo, 7 sobre Centralidades, 7 sobre Oferta de Empregos, 6 sobre Planos Regionais, 5 sobre Transferência do Direito de Construir, 6 sobre Instrumentos de Participação Social, 5 sobre Uso Misto, 5 sobre *Retrofit*, 4 sobre Áreas Verdes Públicas, 4 sobre Equipamentos Urbanos e Sociais, 3 sobre Mobilidade Ativa, 3 sobre Operações Urbanas, 3 sobre Produção de HIS e HMP, 3 sobre Cota de Solidariedade, 2 sobre Termo de Compromisso Ambiental, 2 sobre Instrumentos de Proteção ao Patrimônio Cultural, 2 sobre Desapropriação mediante pagamento de títulos da dívida pública, 2 sobre Fachada Ativa, 2 sobre Mudanças Climáticas, 2 sobre Plano de Bairro, 2 sobre Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL), 1 sobre Expansão da Mancha Urbana, 1 sobre Outorga Onerosa do Direito de Construir, 1 sobre Pólos Estratégicos de Desenvolvimento Econômico (PEDE) e Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico (PIDE), 1 sobre Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP), 1 sobre Fluxo de Dados e Transparência, 1 sobre Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, 1 sobre Fundo Municipal de Parques (FMP) e 1 sobre Instrumentos de Gestão Ambiental.

## 1.2. Síntese dos assuntos abordados nas contribuições

Na temática ordenamento territorial, os Eixos de Estruturação da Transformação Urbana (EETUs) têm centralizado o debate público no entorno da revisão intermediária do PDE. Representam 47,8% das contribuições válidas coletadas na plataforma Participe Mais, as quais, lidas, avaliadas e categorizadas, apontam visões diversificadas, embora com tendência de convergência de posicionamento.

Os Eixos de Estruturação da Transformação Urbana (EETUs) – sejam autoaplicáveis já a partir da lei de 2014 ou previstos conforme o cronograma de expansão da rede de transporte – são delimitados por raios de caminhabilidade definidos a partir de corredores de transporte de média e alta capacidades. Em conjunto, ramificam-se pelo tecido urbano, apontando sua hierarquização e otimização do aproveitamento do solo. Seriam, em essência, uma aproximação ao conceito de cidade compacta, expressão recorrente no campo do planejamento urbano, e que é definida na literatura internacional a partir da combinação entre oferta de infraestrutura, alta densidade populacional e diversidade de usos. O desenho linear do adensamento ligado a corredores de transporte fomentaria, ao mesmo tempo, a expansão da diversidade de atividades do centro para as periferias – e aqui incluiriam equipamentos, espaços públicos, empregos e mais opções de moradia, as quais, combinadas, favoreceriam a democratização do acesso à cidade e a uma vida urbana mais qualificada.

Apesar de estruturador ao PDE, as contribuições compartilhadas na plataforma Participe Mais apontam, com frequência, impactos negativos do processo de adensamento sobre a qualidade de vida nos bairros, especialmente quanto à sobrecarga no sistema de mobilidade. Convergem na defesa de regras mais restritivas para garagens e estacionamentos privativos nas proximidades das estações, a fim de que haja maior rigor no estímulo ao uso da infraestrutura de transporte de alta capacidade. Demandam, em contrapartida, maior investimento na mobilidade ativa, especialmente ciclovias/ciclofaixas e calçadas mais largas e acessíveis. Apontam que as vagas oferecidas em função da oferta de microapartamentos ou *studios* têm sido destinadas a apartamentos maiores, que somam duas vagas ou mais – nesse sentido, há contribuições que defendem áreas mínimas e máximas para as unidades habitacionais. Por outro lado, há quem considere que as atuais restrições a vagas de garagens têm como consequência o cerceamento da liberdade de ir e vir e o fomento à abertura de estacionamentos privados no entorno dos novos empreendimentos.

Há comentários que defendem parâmetros diferentes entre eixos vinculados a metrô e ônibus, sob a justificativa de que os modais possuem capacidades de transporte distintas. Que apontam a necessidade de ampliação da área de abrangência dos eixos para diminuir eventual pressão sobre o valor dos imóveis. Que defendem aumento da densidade

conciliada com alargamento de calçadas. Que sugerem maiores incentivos em regiões periféricas, mas também que defendem Coeficiente de Aproveitamento maior na MUC, combinada à redução e até extinção de vagas de garagem não computáveis.

Os impactos à paisagem urbana também permeiam um conjunto expressivo de contribuições, as quais assentam a necessidade de maior limitação nos parâmetros construtivos, sobretudo o gabarito máximo - há, entretanto, comentários também em prol da não limitação de alturas. Apontam descon sideração para pré-existências, com fragmentação de conjuntos históricos; que edifícios de aproximadamente 40 pavimentos são construídos em áreas caracterizadas por resquícios do tecido industrial, onde conserva-se forte presença de vilas e demais tipologias assobradadas, e provocam impactos negativos com excessivo sombreamento sobre a vizinhança, sugerindo, por isso, a proposição de estudos de impacto sobre os territórios.

O conjunto de contribuições destaca críticas ao processo de adensamento e suposto des controle da especulação imobiliária, com conseqüente encarecimento do m<sup>2</sup> dos imóveis. Apontam, por um lado, processo de gentrificação e descaracterização do comércio típico dos bairros, os quais, removidos, não se adequam aos custos e ao padrão dos espaços comerciais nos novos empreendimentos; por outro, que o valor dos imóveis residenciais restringe o acesso de famílias com menor poder aquisitivo aos EETUs, de modo que se demanda combinação conciliada de instrumentos e políticas públicas, com destaque para a Cota de Solidariedade e a produção de Habitação de Interesse Social.

Além das contribuições diretamente relacionadas aos EETUs, há comentários que demandam maior rigor e celeridade na aplicação de instrumentos sobre imóveis e lotes vazios e que não estariam exercendo sua função social, especialmente nas áreas mais bem servidas de infraestrutura, apontando, inclusive, a desapropriação. Por outro lado, há considerações que ponderam que a aplicação do IPTU progressivo tem se tornado especialmente punitiva a pequenos proprietários.

Sobre o incentivo à fachada ativa, há apontamentos que defendem a redução de parâmetros de testada mínima do lote. Também que é necessário incentivar a modalidade *retrofit* como estratégia para revitalizar e dar uso a imóveis de valor histórico.

Sobre os Projetos de Intervenção Urbana (PIUs), há apontamentos para efeitos gentrificadores sobre o espaço urbano, com a exclusão de moradores e pequenos comerciantes. Também que precisariam ser mais bem divulgados, ampliando a participação popular na construção das propostas.

As contribuições ainda apontam dúvidas sobre o efeito dos PIUs diante de suposto excesso de burocracia, e também que haveria excessiva morosidade para que sejam aprovados e implementados. Consideram que tanto os PIUs quanto demais estratégias e instrumentos de ordenamento territorial, como AELs e AIUs, demandam de definição mais precisa junto ao

PDE, com limites mais claros para sua aplicabilidade e compatibilização. Que devem, quando implantados, focar na reciclagem de imóveis históricos e esvaziados, com fomento na destinação à habitação social.

Por fim, há contribuições que demandam fortalecimento de níveis locais de planejamento, especialmente a partir de Planos regionais, mas também a partir de planos de bairro, inclusive com possibilidade de alteração no zoneamento.

### **1.3. Articulação das contribuições com o Plano Diretor Estratégico**

Os diferentes apontamentos destacados nesta síntese subsidiarão a realização de estudos técnicos complementares para a definição do escopo de revisão e, posteriormente, eventuais propostas de ajustes a serem incluídas na minuta do PDE.

Verifica-se, por ora, que as contribuições manifestam foco do debate público sobre a estratégia de desenvolvimento e crescimento da cidade nas proximidades do transporte de alta e média capacidade, e indicam a necessidade de verificar os efeitos das regras que incidem nos EETUs. Nesse sentido, aponta-se a necessidade de monitoramento e avaliação dos efeitos sobre a espacialização do emprego, sobre a aproximação emprego-moradia, além de eventuais impactos sobre a qualificação do espaço urbano e da paisagem, considerando, para isso, a compatibilização com outros instrumentos e incentivos urbanísticos.

Os comentários também indicam a necessidade de maior definição dos limites e metodologias de aplicação de alguns dos instrumentos previstos no PDE, a exemplo dos Planos de Bairro, de modo que não reproduzam desentendimentos quanto aos seus limites, nem eventual incompatibilização com o olhar macro no processo de planejamento da cidade.

Por fim, os comentários apontam percepções da população sobre os principais instrumentos de ordenamento territorial, a exemplo dos PIUs, e contribuem para verificações complementares a fim de que subsidiem as decisões no processo de revisão intermediária.

## **EIXO TEMÁTICO 2 – MOBILIDADE**

Para o capítulo de mobilidade, a principal questão apresentada foram as de número 03 e 07. A pergunta 03 teve um resultado onde a maioria dos munícipes demarcou que a política de mobilidade urbana necessita de ajustes. As contribuições discursivas refletem opiniões divergentes sobre a mobilidade, surgindo contribuições contra e a favor sobre a rede cicloviária, necessidade de regulação do uso do automóvel individual, aprimoramento da rede de transporte coletivo com ênfase na intermodalidade, necessidade de melhorias em

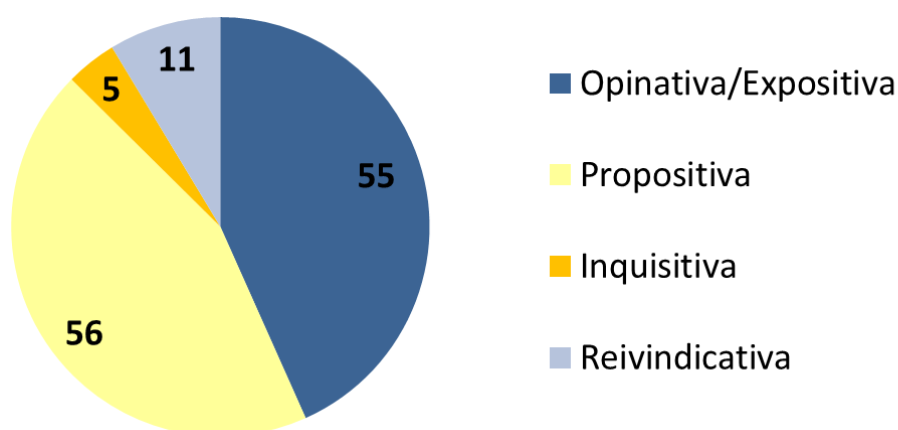
calçadas para qualificar os deslocamentos a pé, além de contribuições que reivindicam pela aplicação do Plano Municipal de Mobilidade.

A pergunta 07 aborda um dos temas centrais do PDE, e que permeia diretamente suas estratégias de ordenamento territorial, como a de orientar o crescimento da cidade nas proximidades do transporte público. Recebeu um número expressivo de interações, tanto nas assinalações quanto nas contribuições discursivas. Há certa convergência das respostas no entendimento de que, junto ao PDE, pode-se fazer da mobilidade instrumento de melhoria da qualidade de vida na cidade. As contribuições são demonstrativo da diversidade de entendimentos da sociedade, e mesmo de suas discordâncias, mas, em geral, convergem no sentido de reivindicar melhorias tanto na oferta de transporte público quanto na promoção da mobilidade ativa.

## 2.1. Análise Quantitativa

No tema de Mobilidade foram recebidas 146 contribuições totais e, entre essas, 139 são contribuições originais. Entre as contribuições originais, 127 (91%) possuem relação com o PDE e 12 (9%) não possuem relação com o PDE. As contribuições que não possuem relação com o PDE, estão distribuídas entre as quatro naturezas de contribuições opinativa/expositiva, inquisitivas, propositivas e reivindicativas, e as contribuições que possuem relação com o PDE possuem natureza categorizada conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 17. Contribuições pertinentes ao PDE por natureza da contribuição do eixo temático Mobilidade



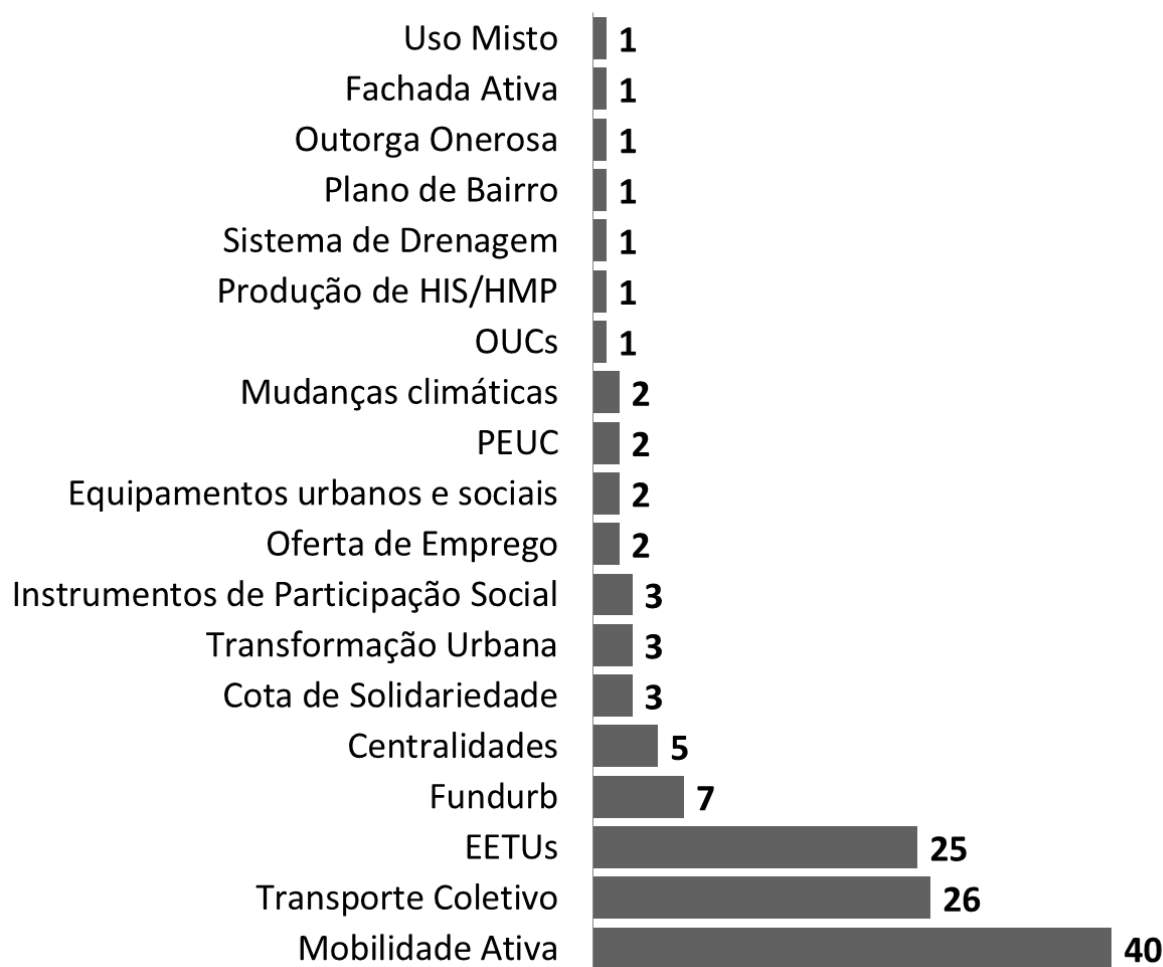
Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

### Descrição do Gráfico 17

O Gráfico 17 apresenta, em formato de pizza, a natureza das contribuições originais que possuem relação com o PDE incluídas na plataforma Participe Mais, sendo: 5 contribuições Inquisitivas, 11 contribuições Reivindicativas, 55 contribuições Opinitivas/Expositivas e 56 contribuições Propositivas.

Na categorização em Subtemas Principais e Subtemas Secundários, as contribuições que possuem relação com o PDE foram enquadradas em 19 Subtemas Principais, sendo que 69 contribuições tiveram um Subtema Secundário associado ao principal. Entre os Subtemas Principais destacaram-se "Mobilidade Ativa", "Transporte Coletivo" e "Eixos de Estruturação e Transformação Urbana (EETU)". A relação com os Subtemas Principais no eixo temático de Habitação estão destacadas no gráfico a seguir.

Gráfico 18. Subtemas Principais do eixo temático Mobilidade



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Descrição do Gráfico 18:

O Gráfico 18 apresenta, em formato de barras, os subtemas atribuídos às contribuições incluídas na plataforma Participe Mais, sendo: 40 sobre Mobilidade Ativa, 26 sobre Transporte Coletivo, 25 sobre EETUs, 7 sobre Fundurb, 5 sobre Centralidades, 3 sobre Cota de Solidariedade, 3 sobre Transformação Urbana, 2 sobre Oferta de Emprego, 3 sobre Instrumentos de Participação Social, 2 sobre Equipamentos urbanos e sociais, 2 sobre PEUC, 2 sobre Mudanças Climáticas, 1 sobre Operações Urbanas, 1 sobre Produção de HIS e HMP, 1 sobre Sistema de Drenagem, 1 sobre Planos de Bairro, 1 sobre Outorga Onerosa do Direito de Construir, 1 sobre Fachada Ativa e 1 sobre Uso Misto.



## 2.2. Síntese dos assuntos abordados nas contribuições

O tema mobilidade tem importância estrutural no PDE/2014 e está diretamente ligado às estratégias de ordenamento territorial, especialmente a de orientar o crescimento da cidade nas proximidades do transporte público e de melhorar a mobilidade urbana. No primeiro caso, o PDE organiza o crescimento da cidade através dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana (EETUs), demarcados a partir de áreas de influência no entorno de estações e corredores de ônibus; no segundo, propõe gradativa reversão do modelo de priorização do uso do automóvel individual a partir do fomento à qualificação do transporte público e incentivo à mobilidade ativa, inclusive com a provisão de recursos do Fundurb. O conjunto de contribuições recolhidas da Plataforma Participe Mais e atribuídas ao tema mobilidade aponta posicionamentos diversificados. Verifica-se tendência de apoio às estratégias de estímulo ao transporte coletivo e mobilidade ativa previstas no PDE, mas reivindicações quanto à celeridade na implementação.

A respeito do transporte coletivo, as contribuições apontam queixas quanto à qualidade e abrangência dos serviços, o que tende a diminuir sua atratividade. Consideram que o sistema de ônibus poderia ser mais confortável, com frota energeticamente eficiente, e que há deficiência de cobertura das linhas, sobretudo nos bairros periféricos - para essas situações, apontam incompatibilidade entre a localização de equipamentos sociais básicos e o traçado de linhas de transporte. Também que há pouca celeridade no avanço em obras das linhas de trem e metrô, para as quais aponta-se grandes extensões da malha urbana onde não incidem sequer projetos de expansão.

As ciclovias e ciclofaixas são objetos de maior divergência entre as contribuições. Verifica-se, de um lado, reivindicações para a ampliação da rede e para conversão de ciclofaixas em ciclovias, caracterizadas pela separação física e, portanto, com maior proteção ao ciclista; por outro, comentários que defendem a desinstalação de vias cicláveis supostamente ociosas. Há contribuições que defendem maior investimento em infraestrutura para bicicletas nas proximidades dos EETUs, inclusive com provisão de recursos da Outorga Onerosa do Direito de Construir e com incentivos fiscais como contrapartida a oferta de paraciclos.

É uma demanda o avanço em adequações para humanização do trânsito, com dispositivos para redução da velocidade em vias coletoras. Contribuições também reivindicam a ampliação e qualificação das calçadas, sobretudo em regiões periféricas, nas quais aponta-se que a prefeitura terceiriza para os proprietários a execução das calçadas, resultando em segmentos completamente precários e inacessíveis.

### 2.3. Articulação das contribuições com o Plano Diretor Estratégico

É importante mencionar que todos os eixos temáticos nos quais as contribuições do processo participativo foram categorizadas possuem certa complementaridade e algum grau de sobreposição, sobretudo entre as estratégias de ordenamento territorial e de mobilidade, consideradas estruturadoras do PDE/2014.

Nesse sentido, as diferentes contribuições consideram a necessidade de maior compatibilização entre a ativação de EETUs e demais estratégias de ordenamento territorial previstos no PDE com o cronograma de implementação de infraestruturas de transporte. De mesmo modo, destacam a necessidade de avaliar a possibilidade de aplicação de parâmetros qualificadores para estímulo à mobilidade ativa, inclusive nas áreas de eixo, onde o PDE propõe maior adensamento populacional e de atividades urbanas.

Os comentários, assim, apontam para a avaliação da mobilidade ativa como parte das estratégias de desincentivo ao uso do carro individual como modal de transporte, além de maior celeridade no cumprimento das ações estratégicas e diretrizes previstas para o Sistema de Circulação de Pedestres (Artigos 232 e 233 do PDE/2014).

Por fim, trazem considerações tanto para o processo de monitoramento da aplicação do PDE quanto para a realização de estudos técnicos complementares a fim de eventual aperfeiçoamento da política e do sistema de mobilidade, definidos nos artigos 225 e 226.

## EIXO TEMÁTICO 3 – HABITAÇÃO

Para o tema de habitação, destacam-se as perguntas 04, 05 e 06.

As respostas da questão 04 mostram a necessidade de aprimoramento dos instrumentos indutores da função social. Para esse assunto, as contribuições escritas relataram sobre a necessidade de mecanismos que viabilizem *retrofit* em imóveis vazios e/ou deteriorados e formas de efetivar a atribuição de uso a imóveis e terrenos vazios. As contribuições também dialogam com as taxas e o período das alíquotas do IPTU Progressivo.

A questão 05 recebeu respostas diretas que indicam que a opinião pública considera necessário rever os incentivos para HIS 1 e HIS 2. Nos comentários escritos houve uma manifestação que identificou a ausência de produção habitacional para a faixa de renda 1 de habitação social e dificuldade de acesso à moradia via financiamento de famílias de baixa renda. Há uma identificação do desinteresse da incorporação imobiliária em produzir HIS 1 e de que é necessário maior controle sobre a destinação de unidades produzidas pelo setor privado.

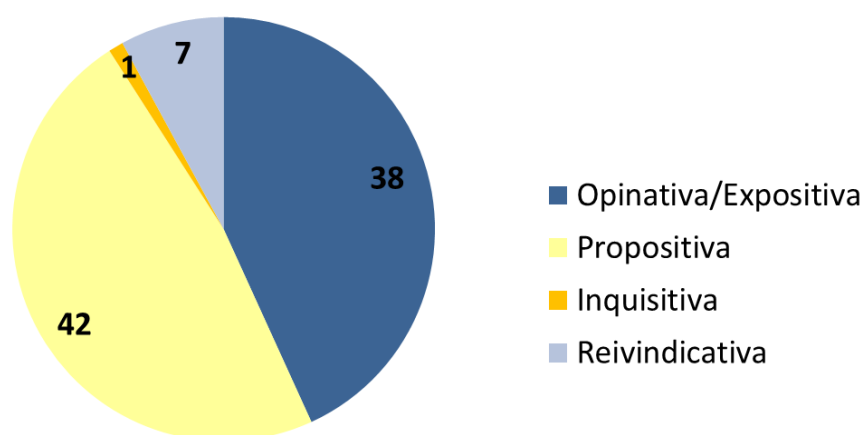
A questão 06 retratou a cota de solidariedade com a maioria das respostas sugerindo aprimoramentos no instrumento. As respostas discursivas sobre essa pergunta estão divididas entre contribuições que identificaram falhas nos objetivos do instrumento e em

contribuições que propuseram ajustes nos parâmetros. Há uma identificação de que as a área construída computável para que o empreendimento privado necessite aderir à Cota de Solidariedade é alta, razão para o baixo número de casos onde houve utilização do instrumento. As contribuições informam também que as UHs produzidas via contrapartida da cota de solidariedade foram viabilizadas em Macroáreas com baixo índice de infraestrutura e que houve maior interesse pelo depósito ao Fundurb ao invés da construção de unidades habitacionais. As propostas apontam para a diminuição da linha de corte da ACC para a adesão ao instrumento, ajustes nas diretrizes das contrapartidas para produção de UHs, de doação de terrenos e ajustes nos parâmetros de cálculo de depósito na conta segregada do Fundurb.

### 3.1. Análise Quantitativa

No tema de Habitação foram recebidas 102 contribuições totais e, entre essas, 100 são contribuições originais. Entre as contribuições originais, 88 (88%) possuem relação com o PDE e 12 (12%) não possuem relação com o PDE. As contribuições que não possuem relação com o PDE, têm natureza opinativa/expositiva, reivindicativa e propositiva e as contribuições que têm relação com o PDE são de natureza categorizada conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 19. Contribuições pertinentes ao PDE por natureza da contribuição do eixo temático Habitação



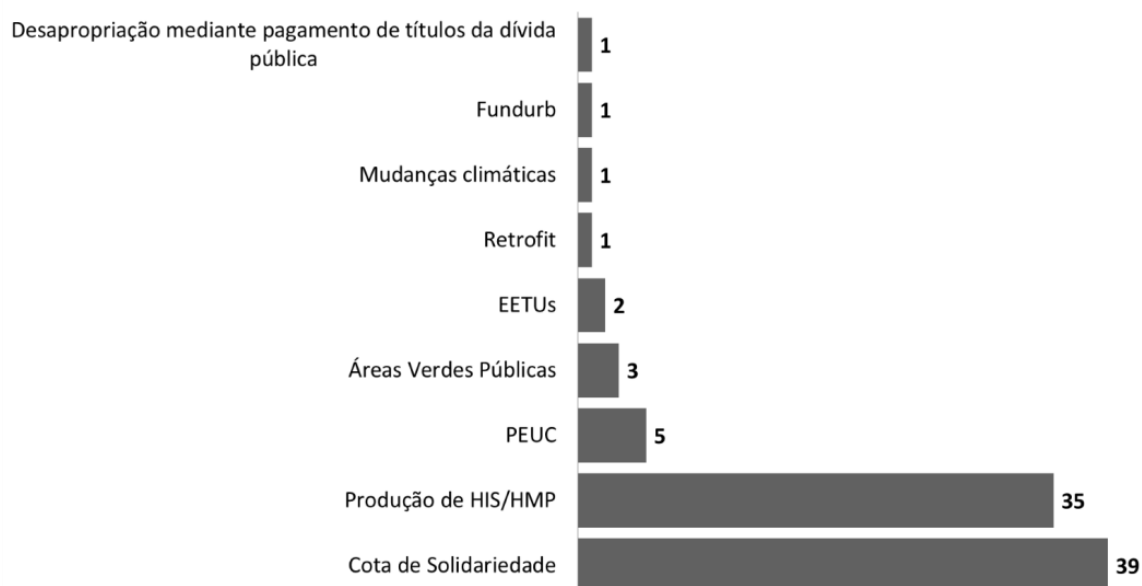
Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Descrição do Gráfico 19:

O Gráfico 19 apresenta, em formato de pizza, a natureza das contribuições originais que possuem relação com o PDE incluídas na plataforma Participe Mais, sendo: 1 contribuição Inquisitiva, 7 contribuições Reivindicativas, 38 contribuições Opinitivas/Expositivas e 42 contribuições Propositivas.

Na categorização em Subtemas Principais e Subtemas Secundários, as contribuições que possuem relação com o PDE foram enquadradas em 9 Subtemas Principais, sendo que 18 contribuições tiveram um Subtema Secundário associado ao principal. Entre os Subtemas Principais destacaram-se “Produção de HIS/HMP” e “Cota de Solidariedade”. A relação com os Subtemas Principais no eixo temático de Habitação estão destacadas no gráfico a seguir.

Gráfico 20. Subtemas Principais do eixo temático Habitação



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Descrição do Gráfico 20:

O Gráfico 20 apresenta, em formato de barras, os subtemas atribuídos às contribuições incluídas na plataforma Participe Mais, sendo: 39 sobre Cota de Solidariedade, 35 sobre Produção de HIS e HMP, 5 sobre PEUC, 3 sobre Áreas Verdes Públicas, 2 sobre Eixos de Estruturação e Transformação Urbana (EETU), 1 sobre *Retrofit*, 1 sobre Desapropriação mediante pagamento de títulos da dívida pública.

### 3.2. Síntese dos assuntos abordados nas contribuições

Em “Produção de HIS/HMP” foi questionado o acesso à moradia para a categoria de Habitação de Interesse Social - Faixa 1 (HIS 1), surgindo contribuições sobre o incentivo para aquisição de terrenos, investimento em programa de aluguel social, mudança na proporção mínima de HIS 1 e HIS 2 exigida em legislação para Empreendimento em ZEIS (EZEIS) e Empreendimento de Habitação de Interesse Social (EHIS), revisão das faixas de renda e dos grupos de HIS (com proposta de criação de uma faixa de renda intermediária), além da cobrança pelo aumento dos incentivos para a produção da HIS 1. Algumas contribuições propuseram a demarcação de áreas para a produção exclusiva de HIS 1

usando como referência os limites administrativos de Subprefeituras e estudos de caso de outras cidades sobre essa ação. Houve um grupo de contribuições que reconheceu e problematizou a produção majoritariamente privada de HIS e Habitação de Mercado Popular (HMP), com a consideração de que a destinação de UHs para as faixas de menor renda foi insuficiente, que existe uma deficiência de incentivos para a produção de HIS 1, desinteresse das incorporadoras em produzir para essa faixa de renda e falta de controle da prefeitura sobre a destinação final das unidades HIS que são produzidas.

Dentro do tema, foi citado também o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (Fundurb), onde as contribuições abordaram sobre a aplicação das verbas do fundo para produção de UHs e propuseram novas formas de utilização da arrecadação do Fundurb para a produção de HIS e HMP. De forma secundária, foi abordado o tema dos Eixos de Estruturação e Transformação Urbana (EETU), com identificação sobre a ausência de produção de HIS nessas áreas, com o reconhecimento do preço do terreno, como causa dessa ausência. As unidades compactas foram criticadas, tanto as que se enquadram como HIS e HMP, assim como as que são para livre comercialização. A crítica está voltada para inadequação do tamanho dessas unidades para algumas estruturas familiares.

Em “Cota de Solidariedade” (CS) houve propostas para diminuição da linha de corte de 20.000 m<sup>2</sup> de área construída computável dos empreendimentos que são obrigados a adotar a CS. Sobre a localização das UHs que são geradas e dos terrenos que são doados, houve contribuições que propuseram e reivindicaram por aprimoramento das diretrizes que regem a doação de terrenos (em relação ao valor final do terreno doado e em relação a sua localização) e a produção de unidades fora do empreendimento que necessitou aderir a CS (em relação a sua localização).

O tema também trouxe contribuições sobre a contrapartida que é destinada ao Fundurb: I- houve identificação de que a contrapartida adotada no instrumento foi preponderantemente o depósito ao Fundurb de 10% do valor do terreno, de tal modo, foi exigida maior transparência sobre a destinação desses recursos; II- sobre a composição do valor da contrapartida financeira, por um lado foi citado que o valor pode ser alto para as incorporadoras, por outro lado, um conjunto de contribuições relatou que a contrapartida financeira resulta em um valor baixo para ser aplicado na produção habitacional e que a porcentagem de cobrança da contrapartida financeira sobre o valor do terreno deveria ser majorada, com o surgimento de proposta para que o valor do depósito seja calculado de acordo com o valor do imóvel; III- há um outro grupo de proposições defendendo que a contrapartida do instrumento seja unicamente a produção de UHs no próprio terreno; IV- outros apontamentos relatam que tanto a construção de unidades habitacionais, quanto a aplicação dos recursos do Fundurb viabilizaram habitação em terras baratas e subequipadas em relação a territórios com maior índice de infraestrutura no município.

Em relação ao aumento do CA após atendimento da contrapartida, foi proposta a possibilidade de ganho de vagas de garagem ao atingir a contrapartida, em substituição da majoração do Coeficiente de Aproveitamento (CA) em 10%.

Em relação às faixas de renda atendidas pela produção de UHs, houve contribuições reivindicando pela cobrança de fixação de uma porcentagem mínima para produção de HIS faixa 1, criação de uma proporção de unidades produzidas via contrapartida da CS para aluguel social e criação de dispositivos de controle do valor de condomínio cobrado sobre essas UHs.

Para os instrumentos de indução da função social da propriedade, houve reivindicações pelo fomento à reforma e atribuição de usos em edificações abandonadas, com a necessidade de compatibilizar o PDE com a legislação de *retrofit* (Lei 17.577/2021). Além dessas contribuições, o tema trouxe proposição para a diminuição do tempo de cobrança das alíquotas progressivas do IPTU Progressivo.

### **3.3. Articulação das contribuições com o Plano Diretor Estratégico**

As contribuições indicam a necessidade de avaliação da localização e acesso à habitação de HIS e HMP, principalmente para a faixa de HIS 1, sendo necessário avaliar se os incentivos são suficientes para a produção desse tipo de UHs, se os incentivos tais como estão no PDE têm atingido o objetivo planejado e se as faixas de menor renda de fato conseguem acessar a moradia produzida pelo setor privado.

As contribuições sobre CS apontam para a revisão da linha de corte de 20.000 m<sup>2</sup> de área construída computável dos empreendimentos que são obrigados a realizar à adesão do instrumento, conforme disposto no Artigo 112 do PDE. A respeito das contrapartidas do instrumento, para a doação de terrenos foi mencionada a necessidade de aprimoramento das diretrizes dispostas nos Incisos I, II e III do Parágrafo Segundo do Artigo 112. Os pontos de atenção sobre esse instrumento mencionados nas contribuições relacionam-se com as diretrizes do local de produção de UHs fora do terreno de origem (Inciso I), revisão da porcentagem sobre o valor do terreno e local de doação do terreno (Inciso II) e revisão da porcentagem sobre o valor do terreno (Inciso III). Para a contrapartida de destinação de UHs também foi citado a necessidade do aprimoramento dos critérios para produção e comercialização das unidades, fixação de porcentagens mínimas das unidades de acordo com faixa de renda (HIS 1 e HIS 2) com revisão do Artigo 112.

Sobre os instrumentos de indução da função social da propriedade, foi mencionado a diminuição do período de cobrança do IPTU Progressivo, regulamentada no Artigo 98 do PDE, e a necessidade de compatibilização do PDE com os marcos legais de *retrofit*, Lei

17.577/2021 na Seção I “Dos Instrumentos Indutores da Função Social da Propriedade” do Capítulo III “Dos Instrumentos Política Urbana e Gestão Ambiental”.

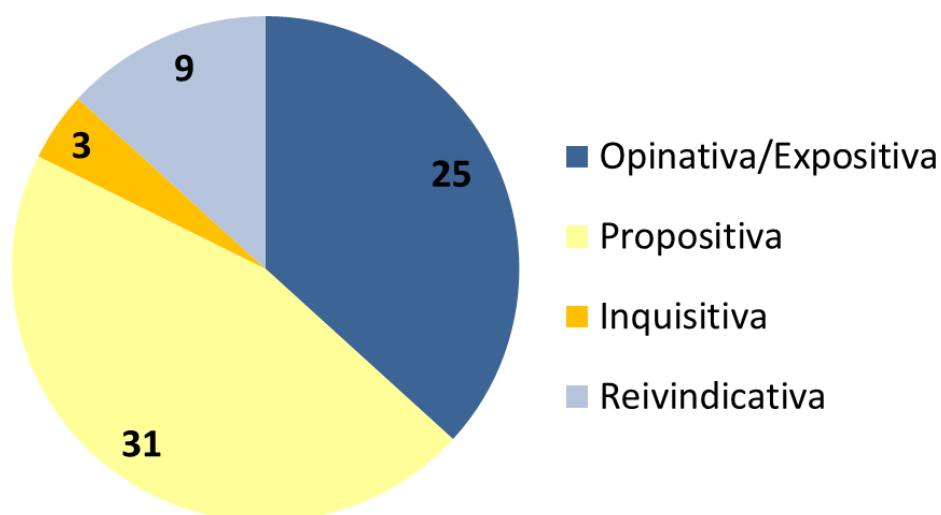
## EIXO TEMÁTICO 4 – MEIO AMBIENTE

A pergunta 11 dialoga com os instrumentos de gestão ambiental do PDE, onde as respostas diretas sugerem ajustes. As contribuições discursivas foram para caminhos diversificados dentro desse assunto e indicaram a necessidade de ampliação de áreas verdes públicas, fiscalização sobre Áreas de Proteção Permanente, aprimoramento dos Instrumentos de Gestão Ambiental e fiscalização da expansão da mancha urbana, considerando os assentamentos precários em áreas ambientalmente sensíveis.

### 4.1. Análise Quantitativa

No tema de Meio Ambiente foram recebidas 83 contribuições totais e, entre essas, 78 são contribuições originais. Entre as contribuições originais, 68 (87%) possuem relação com o PDE e 10 (13%) não possuem relação com o PDE. As contribuições que não possuem relação com o PDE, têm natureza opinativa/expositiva e as contribuições que têm relação com o PDE são de natureza categorizada conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 21 Contribuições pertinentes ao PDE por natureza da contribuição do eixo temático Meio Ambiente



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

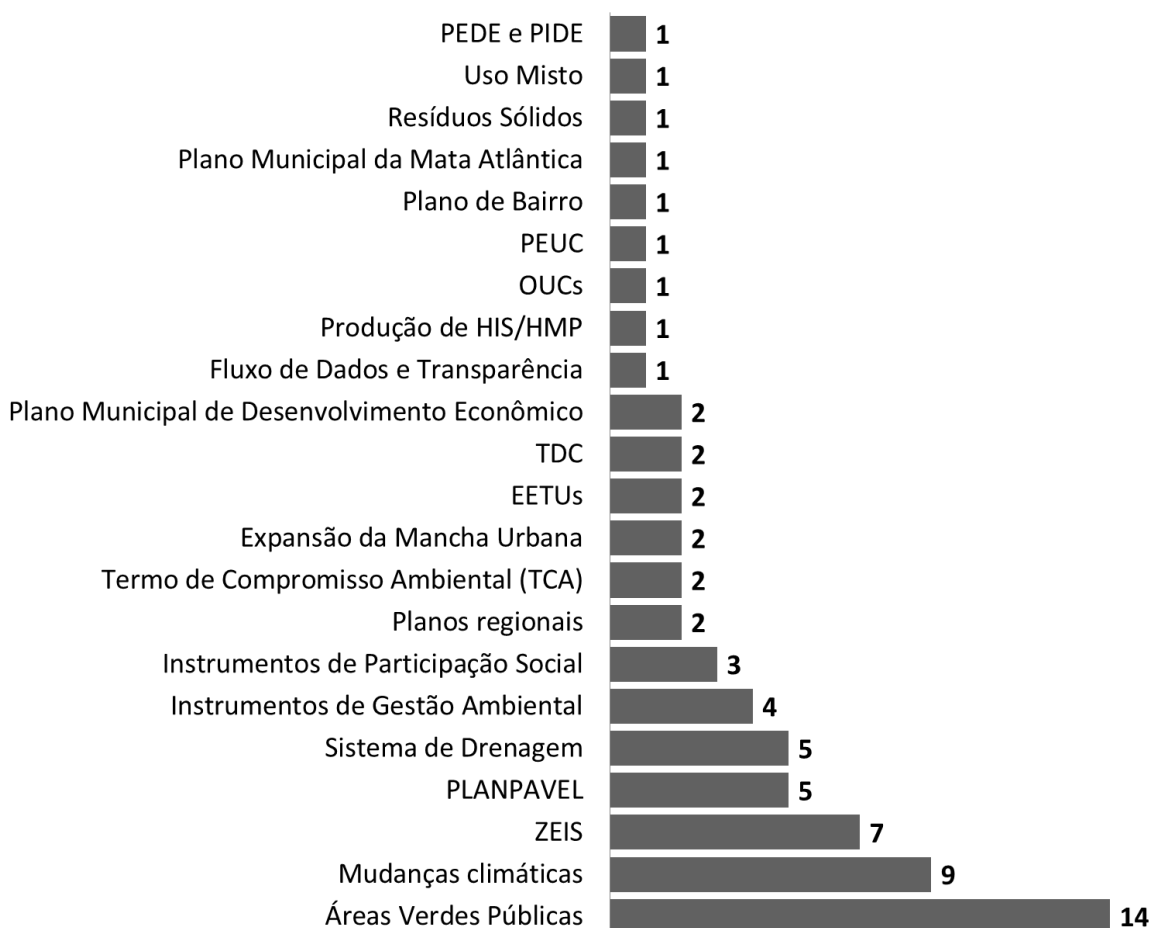
Descrição do Gráfico 21:

O Gráfico 21 apresenta, em formato de pizza, a natureza das contribuições originais que possuem relação com o PDE incluídas na plataforma Participe Mais, sendo: 3 contribuições

Inquisitivas, 9 contribuições Reivindicativas, 25 contribuições Opinativas/Expositiva e 31 contribuições Propositivas.

Na categorização em Subtemas Principais e Subtemas Secundários, as contribuições que possuem relação com o PDE foram enquadradas em 22 Subtemas Principais, sendo que 27 contribuições tiveram um Subtema Secundário associado ao principal. Entre os Subtemas Principais destacaram-se os temas Áreas Verdes Públicas, Mudanças Climáticas e ZEIS. A relação com os Subtemas Principais no eixo temático de Meio Ambiente estão destacadas no gráfico a seguir.

Gráfico 22. Subtemas Principais do eixo temático Meio Ambiente



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Descrição do Gráfico 22:

O Gráfico 22 apresenta, em formato de barras, os subtemas atribuídos às contribuições incluídas na plataforma Participe Mais, sendo: 14 sobre Áreas Verdes Públicas, 9 sobre Mudanças Climáticas, 7 sobre ZEIS, 5 sobre o Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL), 5 sobre Sistema de Drenagem, 4 sobre



Instrumentos de Gestão Ambiental, 3 sobre Instrumentos de Participação Social, 2 sobre Planos Regionais, 2 sobre Termo de Compromisso Ambiental, 2 sobre Expansão da Mancha Urbana, 2 sobre Eixos de Estruturação e Transformação Urbana, 2 sobre TDC, 2 sobre Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, 1 sobre Fluxo de Dados e Transparência, 1 sobre Produção de HIS e HMP, 1 sobre Operações Urbanas, 1 sobre PEUC, 1 sobre Plano de Bairro, 1 sobre Plano Municipal da Mata Atlântica, 1 sobre Resíduos Sólidos, 1 sobre Uso Misto e 1 sobre PEDE e PIDE.

#### **4.2. Síntese dos assuntos abordados nas contribuições**

No Subtema “Áreas Verdes Públicas”, as contribuições reivindicaram pela implementação da agenda de desenvolvimento sustentável, fiscalização de áreas de proteção permanente (APP), surgindo propostas para implementação e expansão de parques lineares nessas áreas. Foi abordada a ampliação de áreas verdes públicas, com proposta de criação de parques urbanos de pequeno porte com base no levantamento das áreas verdes remanescentes no município. Para a melhoria das áreas verdes públicas existentes, houve contribuições reivindicando pela requalificação e arborização de praças, principalmente em áreas periféricas, com aparição de contribuições inquisitivas a respeito de supressão inadequada de arborização e contribuição propositiva para implantação de hortas urbanas. Nesse sentido, houve menção à supressão de vegetação de biomas de Mata Atlântica, inclusive nas margens das Represa Billings e Guarapiranga.

Os parques previstos pelo PDE foram abordados, com contribuições que identificaram um número baixo de parques implantados entre os previstos no PDE.

Houve um conjunto de contribuições que abordou o cruzamento entre áreas verdes e moradia, retratando a expansão irregular da mancha urbana, inclusive em áreas de mananciais da Represa Billings e Represa Guarapiranga. Esse retrato foi seguido de reivindicação por moradia e saneamento adequado nas duas áreas de mananciais e de uma proposta de interlocução entre a prefeitura de São Paulo e municípios vizinhos para conter o avanço de ocupações irregulares em áreas ambientalmente frágeis e de preservação ambiental.

Por último, a interface entre meio ambiente e moradia trouxe proposição para criação de uma nova categoria de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) em áreas ambientalmente frágeis, denominada ZEIS Ecológica.

Outro grupo de contribuições comparou adensamento construtivo com drenagem urbana, abordando as formas como esse adensamento pode impactar o sistema de drenagem, com questionamento sobre a possível necessidade de compatibilizar os objetivos de adensamento construtivo e populacional, previsto no PDE, com o sistema de drenagem urbana, sobretudo no que diz respeito à impermeabilização excessiva do solo e à preservação das áreas de APPs de recursos hídricos.

No Subtema de Mudanças Climáticas, as contribuições pleitearam pela adaptação dos instrumentos do PDE ao contexto de mudanças climáticas e adoção de ações voltadas para a mitigação dos efeitos climáticos em ilhas de calor na cidade.

Para os Instrumentos de Gestão Ambiental foi apresentada contribuição com proposta exigindo maiores incentivos com objetivo de preservação ambiental, com citação sobre a adoção do IPTU Verde no PDE, e sobre aprimoramento do instrumento de Estudo de Impacto Ambiental.

Especificamente para a gestão de resíduos sólidos as contribuições chamam a atenção para a necessidade de implementação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a implementação e ampliação da rede de equipamentos urbanos capazes de realizar a gestão adequada de resíduos sólidos e resíduos de construção civil.

Algumas contribuições abordaram o instrumento da Quota Ambiental instituído pela Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS – Lei 16.402/2016), mencionando a necessidade de mensurar o impacto do instrumento para a agenda ambiental e sua relação com a abordagem da questão ambiental retratada no PDE.

Houve contribuições que citaram a interface da agenda ambiental com alguns planos setoriais, a exemplo do Plano Municipal da Mata Atlântica e o Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL), relatando a necessidade de compatibilização de ações dos planos com o PDE. Especificamente o PLANPAVEL foi abordado para uma interface com expansão de áreas verdes e conservação e ampliação das áreas verdes protegidas no município.

Há um grupo de contribuições que explorou o potencial dos Planos Regionais das Subprefeituras e Planos de Bairros, como planos que apresentam possibilidade de inserção de diretrizes para preservação e expansão de áreas verdes, dados pela facilidade de planejamento na escala desses planos.

No Subtema de Sistema de Drenagem há contribuições sobre a necessidade de despoluição de recursos hídricos, expansão dos piscinões planejados, e cobrança pela implementação do Programa de Recuperação de Fundos de Vale. Além desses fatores, a Lei Federal nº 14.825/2021 foi citada, ressaltando que a lei flexibiliza a definição de áreas de APP, mas que é necessário determinar as áreas de APP de acordo com as características naturais de vazão dos recursos hídricos.

#### **4.3. Articulação das contribuições com o Plano Diretor Estratégico**

As contribuições apontaram para uma interlocução com o sistema de parques em Planejamento, com os objetivos da Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental e das Macroáreas inseridas nessa Macrozona. Especificamente sobre os parques planejados, as

contribuições dialogam com a lista de parques planejados presente no Quadro 07 do PDE, cobrando pela celeridade na implantação dos parques previstos.

Outros comentários foram em direção aos objetivos de preservação da Rede Hídrica Ambiental e das áreas demarcadas atualmente como Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM).

Os objetivos de alguns Instrumentos de Gestão Ambiental também vieram à tona, a exemplo do Termo de Compromisso Ambiental (TCA), presente nos Artigos 154 e 155 do plano, e Termo de compromisso de ajustamento de conduta ambiental (TAC-A), regulamentados pelos Artigos 156 e 157.

Em relação aos sistemas existentes no Plano Diretor, as contribuições apontam para a avaliação da eficácia e objetivos do Sistema de Abastecimento de Água e Sistema de Esgotamento Sanitário, com atenção para as áreas de mananciais da Zona Sul do município. Algumas contribuições apontam pela compatibilização entre adensamento em EETU e Sistema de Drenagem Urbana, com interface com o que é regulamentado nos Artigos 76 e 77. Complementando o tema, o Programa de Recuperação de Fundos de Vale, presente no Artigo 272, foi retratado com reivindicação para a implementação do programa. Os Planos Regionais das Subprefeituras e Planos de Bairro, elementos do Sistema Municipal de Planejamento, foram mencionados com abordagem da necessidade de aprimoramento das diretrizes levando em consideração da agenda ambiental na escala de planejamento desses planos.

Em razão ao impacto ambiental de alguns empreendimentos, houve contribuições que trouxeram um debate sobre a necessidade de aprimoramento do Estudo de Impacto Ambiental regulamentado no Artigo 150 do PDE.

Alguns planos setoriais citados no PDE foram mencionados: houve contribuição sobre a necessidade de compatibilização do PMMA com outros instrumentos do PDE, e aprimoramento da implementação do PLANPAVEL.

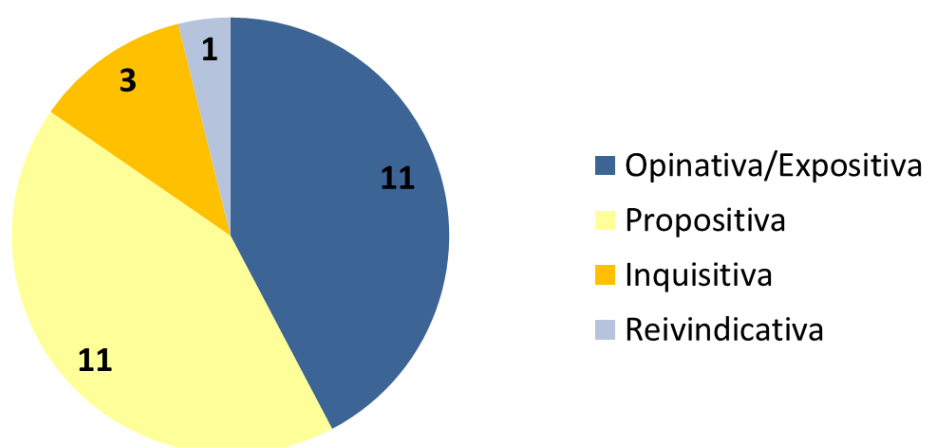
## **EIXO TEMÁTICO 5 – PATRIMÔNIO CULTURAL**

A questão 12 propõe discussão sobre a percepção da sociedade quanto à adequabilidade dos instrumentos previstos no PDE/2014 para a proteção do conjunto de bens culturais do município. As respostas assinaladas representam a diversidade de entendimentos sobre o tema, e as contribuições discursivas reforçam discussões importantes, como a necessidade de estímulos para a preservação de imóveis tombados e de eventuais ajustes na aplicação do TDC.

### 5.1. Análise Quantitativa

No tema de Patrimônio Cultural foram recebidas 34 contribuições totais e, entre essas, 31 são contribuições originais. Entre as contribuições originais, 26 (84%) possuem relação com o PDE e 5 (16%) não possuem relação com o PDE. As contribuições que não possuem relação com o PDE, possuem natureza opinativa/expositiva, inquisitivas e propositivas, e as contribuições que possuem relação com o PDE possuem natureza categorizada conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 23. Contribuições pertinentes ao PDE por natureza da contribuição do eixo temático Patrimônio Cultural



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

#### Descrição do Gráfico 23

O Gráfico 23 apresenta, em formato de pizza, a natureza das contribuições originais que possuem relação com o PDE incluídas na plataforma Participe Mais, sendo: 1 contribuição Reivindicativa, 3 contribuições Inquisitivas, 11 contribuições Propositivas e 11 contribuições Opinitivas/Expositivas.

Na categorização em Subtemas Principais e Subtemas Secundários, as contribuições que possuem relação com o PDE foram enquadradas em 10 Subtemas Principais, sendo que 12 contribuições tiveram um Subtema Secundário associado ao principal. Entre os Subtemas Principais destacaram-se "*Retrofit*", "Instrumentos de Proteção ao Patrimônio Cultural" e "Transferência do Direito de Construir (TDC)". A relação com os Subtemas Principais no eixo temático de Habitação estão destacadas no gráfico a seguir.

Gráfico 24. Subtemas Principais do eixo temático Patrimônio Cultural



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

#### Descrição do Gráfico 24

O Gráfico 24 apresenta, em formato de barras, os subtemas atribuídos às contribuições incluídas na plataforma Participe Mais, sendo: 8 sobre *Retrofit*, 5 sobre Instrumentos de Proteção ao Patrimônio Cultural, 5 sobre Transferência do Direito de Construir (TDC), 2 sobre Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP), 1 sobre Eixos de Estruturação e Transformação Urbana (EETU), 1 sobre Equipamentos urbanos e sociais, 1 sobre Termo de Compromisso Ambiental (TCA), 1 sobre Sistema de Drenagem, 1 sobre Resíduos Sólidos, 1 sobre Regularização Fundiária.

## 5.2. Síntese dos assuntos abordados nas contribuições

Os comentários classificados na categoria Patrimônio Cultural e enquadrados como pertinentes às discussões da revisão intermediária do PDE apresentam, sobretudo, considerações sobre a Transferência do Direito de Construir (TDC) e sobre a preservação de imóveis de valor histórico-patrimonial.

Sobre o TDC, há demanda para facilitar sua aplicação e tornar as regras do instrumento mais claras aos proprietários de imóveis, evitando a ruína de bens históricos que poderiam abrigar novos usos e exercer sua função social. De mesmo modo, demanda-se por maior esclarecimento quanto às regras para utilização do potencial construtivo em outras áreas. Há também preocupação com eventuais dificuldades para a manutenção de imóveis tombados, sobretudo quanto ao custo de manutenção sem contrapartida pública; na mesma linha, questiona-se o elevado número de imóveis históricos abandonados ou vazios, e sobre os quais atribui-se excessivos entraves burocráticos e falta de incentivos.

Aponta-se, também, que é necessário maior previsibilidade nas regras para imóveis passivos de tombamento. E que alguns instrumentos, como os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem, carecem de definição teórica e regulamentação operacional.

### 5.3. Articulação das contribuições com o Plano Diretor Estratégico

As diferentes contribuições apontam alguns dos desafios para a efetiva implementação da Política e do Sistema de Proteção ao Patrimônio Arquitetônico e Urbano, definidos nos artigos 310 e 311 do PDE/2014, assim como considerações para seu eventual aperfeiçoamento.

Também contribuem para estudos complementares quanto a articulação de instrumentos urbanísticos previstos e que têm sido aplicados no ordenamento territorial urbano, com destaque para a PEUC e a Transferência do Direito de Construir (TDC).

Reforçam a necessidade de se aperfeiçoar a conceituação e de se definir os limites e metodologias para efetiva ativação dos Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem, previstos dos artigos 314 a 317 do PDE/2014.

Por fim, apontam certa convergência para aprofundamento de discussões sobre a aplicação da modalidade *retrofit* – identificada pela equipe técnica de Planurb como tema de estudos prévios para posterior definição do escopo da revisão intermediária do PDE.

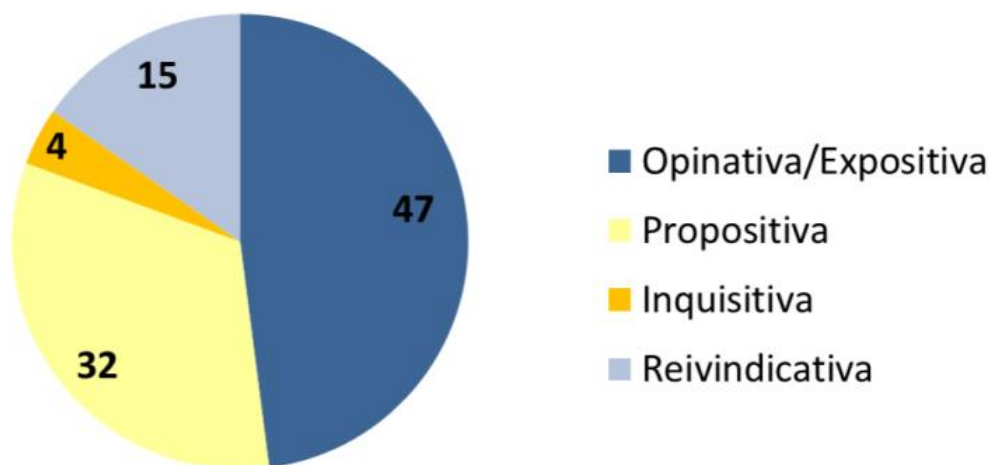
## EIXO TEMÁTICO 6 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

A pergunta 10 relaciona-se diretamente com a estratégia de promoção do desenvolvimento econômico da cidade, distribuindo, de modo equitativo, a oferta de empregos. As respostas assinaladas apontam o entendimento de que as diferentes estratégias precisam de aperfeiçoamento. As contribuições comentadas demonstram, por exemplo, que os PIDEs e os PEDEs tendem a ser entendidos como um instrumento importante para distribuir o emprego no território, mas que demandam de aperfeiçoamentos.

### 6.1. Análise Quantitativa

No tema de Desenvolvimento Econômico e Social foram recebidas 120 contribuições totais e, entre essas, 109 são contribuições originais. Entre as contribuições originais, 98 (90%) possuem relação com o PDE e 11 (10%) não possuem relação com o PDE. As contribuições que não possuem relação com o PDE, possuem natureza predominantemente opinativa/expositiva e as contribuições que possuem relação com o PDE possuem natureza categorizada conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 25. Contribuições pertinentes ao PDE por natureza da contribuição do eixo temático Desenvolvimento Econômico e Social



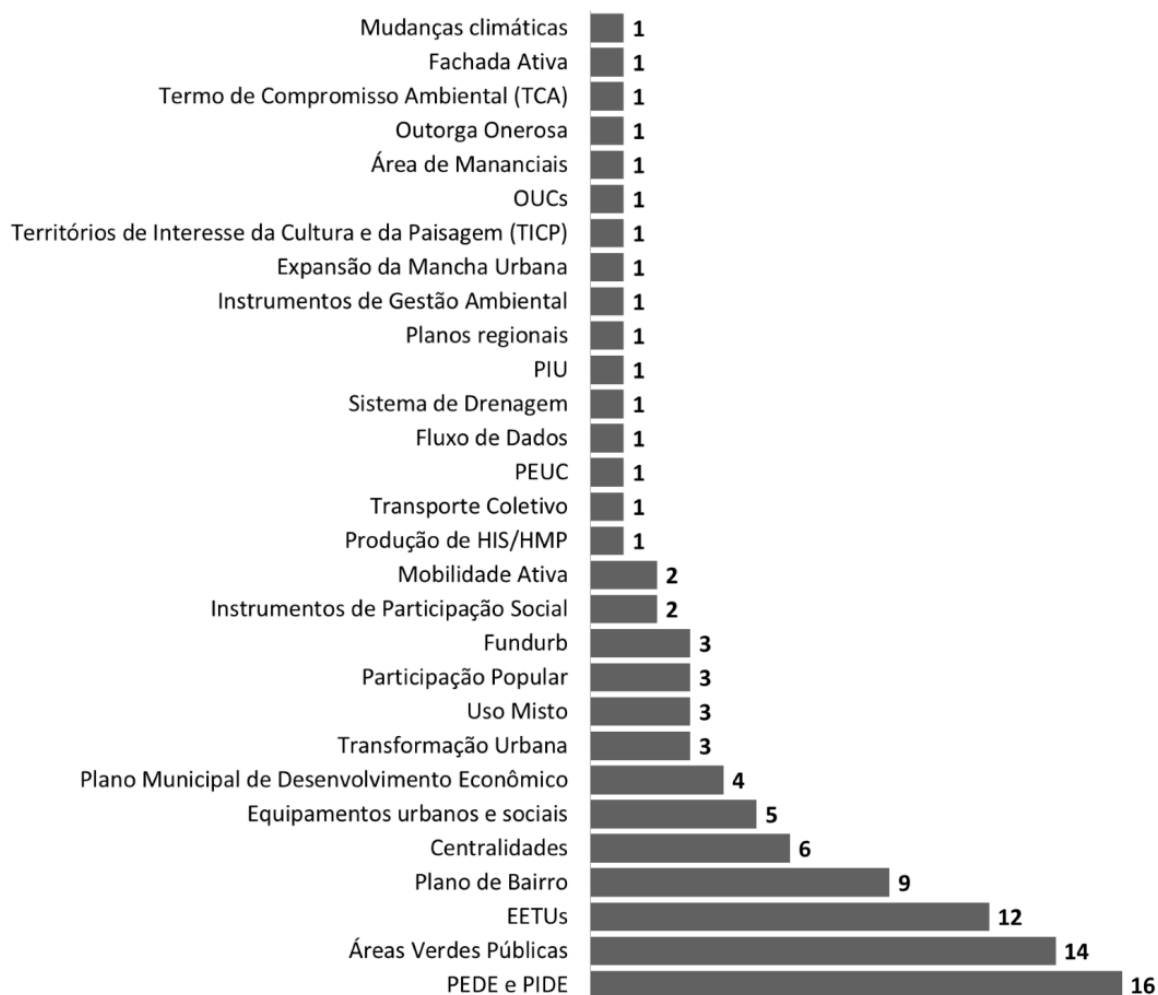
Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

#### Descrição do Gráfico 25

O Gráfico 25 apresenta, em formato de pizza, a natureza das contribuições originais que possuem relação com o PDE incluídas na plataforma Participe Mais, sendo: 4 contribuições Inquisitivas, 15 contribuições Reivindicativas, 32 contribuições Propositivas e 47 contribuições Opinitivas/Expositivas.

Na categorização em Subtemas Principais e Subtemas Secundários, as contribuições que possuem relação com o PDE foram enquadradas em 29 Subtemas Principais, sendo que 57 contribuições tiveram um Subtema Secundário associado ao principal. Entre os Subtemas Principais destacaram-se "PEDE e PIDE", "Áreas Verdes Públicas" e "Eixos de Estruturação e Transformação Urbana (EETU)". A relação com os Subtemas Principais no eixo temático de Habitação estão destacadas no gráfico a seguir.

Gráfico 26. Subtemas Principais do eixo temático Desenvolvimento Econômico e Social



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

#### Descrição do Gráfico 26

O Gráfico 26 apresenta, em formato de barras, os subtemas atribuídos às contribuições incluídas na plataforma Participe Mais, sendo: 16 sobre PEDE e PIDE, 14 sobre Áreas Verdes Públicas, 12 sobre EETUs, 9 sobre Plano de Bairro, 6 sobre Centralidades, 5 sobre Equipamentos Urbanos e Sociais, 4 sobre Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, 3 sobre Transformação Urbana, 3 sobre Uso Misto, 3 sobre Participação Popular, 3 sobre Fundurb, 2 sobre Instrumentos de Participação Social, 2 sobre Mobilidade Ativa, 1 sobre Produção de HIS e HMP, 1 sobre Transporte Coletivo, 1 sobre PEUC, 1 sobre Fluxo de Dados, 1 sobre Sistema de Drenagem, 1 sobre PIU, 1 sobre Planos Regionais, 1 sobre Instrumentos de Gestão Ambiental, 1 sobre Expansão da Mancha Urbana, 1 sobre Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP), 1 sobre Operações Urbanas, 1 sobre Área de Mananciais, 1 sobre Outorga Onerosa do Direito de Construir, 1 sobre Termo de Compromisso Ambiental, 1 sobre Fachada Ativa e 1 sobre Mudanças Climáticas.



## 6.2. Síntese dos assuntos abordados nas contribuições

As contribuições recolhidas a partir da plataforma Participe Mais apontam concordância quanto às estratégias para distribuição mais equilibrada do emprego no território, considerando, por exemplo, os Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico (PIDEs), mas chamam atenção para o atraso em sua implementação. Por outro lado, há comentários que consideram que os incentivos são mínimos e até mesmo insuficientes para efetivamente estimular maior densidade de empresas e empregos nessas áreas. Também há contribuições que reivindicam eventual necessidade de demarcação de perímetro de incentivo na região oeste da cidade, especialmente na subprefeitura Butantã.

Sobre as áreas inseridas nos EETUs, há comentários que atentam para processo de gentrificação de estabelecimentos de comércio tradicionais dos bairros, para os quais apontam dificuldades em arcar com o valor dos aluguéis nos empreendimentos mais novos, ainda que sobre esses incida o incentivo urbanístico da fachada ativa. Ressaltam que, em função dos preços e das características dos imóveis, as novas áreas comerciais têm sido destinadas a grandes redes de varejo, com efeito sobre os empregos.

Também há contribuições que consideram que os empreendimentos novos tendem a gerar impactos negativos sobre a vida nos bairros, e que, por isso, deveriam arcar com contrapartidas para a qualificação do espaço público, ampliando, por exemplo, as áreas peatonais. Nesse sentido, são recorrentes as reclamações quanto às condições de manutenção das calçadas, consideradas fundamentais para estímulo à convivência na rua e até mesmo para a configuração de centralidades.

Por outro lado, há tendência de convergência quanto a estratégia de cidade polinucleada, com bairros mais autônomos e menor necessidade de deslocamentos cotidianos, embora também se aponte que o incentivo a novos polos de comércio tende a aumentar a concorrência e a prejudicar pequenos comerciantes.

Apontam, também, que o PDE deveria deixar mais claro o conceito e a aplicabilidade dos Planos de Bairro, e que esse teria papel de instância local de planejamento, com participação direta da população. Há também quem defenda que os planos de bairro possam definir limites de zoneamento e ocupação, e que os Polos de Economia Criativa e os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICPs) precisam ser regulamentados e efetivados.

Algumas contribuições atentam para os impactos ambientais provocados por novos empreendimentos, a exemplo dos condomínios horizontais. E que eventuais medidas mitigadoras – TCA – transformadas em compensação financeira não estariam contribuindo para qualificar a cidade. Que deveria, também, haver maior priorização de recursos para áreas com urbanização precária, com menos áreas verdes e equipamentos sociais – nesse sentido, há críticas a eventual baixo estímulo à implantação de áreas verdes, sobretudo em

regiões que historicamente já apresentam pouca infraestrutura. Que alguns parques previstos e que usariam TDC estão com processo em atraso. Por fim, que as áreas verdes estariam distantes dos eixos e, portanto, das áreas com maior previsão de adensamento populacional.

### **6.3. Articulação das contribuições com o Plano Diretor Estratégico**

O conjunto de contribuições reforça o papel do monitoramento do PDE para constante avaliação dos resultados de sua implementação e para subsídio na formalização de ajustes. Reconhece a importância dos Polos e Perímetros Estratégicos de Desenvolvimento Econômico (PIDEs e PEDEs) como instrumentos indutores do equilíbrio entre localização dos empregos e das moradias na cidade, mas atenta, entretanto, para a verificação da efetividade das ações de incentivo. Também chama atenção para que sejam avaliados os efeitos dos EETUs sobre a localização e o perfil dos empregos, assim como sobre a configuração de centros lineares, considerados estratégicos para a geração e o equilíbrio na distribuição dos empregos do centro para as periferias (Artigos 180 e 181 do PDE/2014). As contribuições apontam, assim, a importância de estudos complementares para a verificação das dinâmicas de emprego e da formação de centralidades com qualificação do espaço urbano, o que inclui monitoramento do uso da fachada ativa e do uso misto. Também a necessidade de definição dos limites e da aplicabilidade na implementação de instrumentos de planejamento previstos no PDE, como os TICPs, os Planos de Bairro e os Polos de Economia Criativa.

## **EIXO TEMÁTICO 7 – GESTÃO DEMOCRÁTICA**

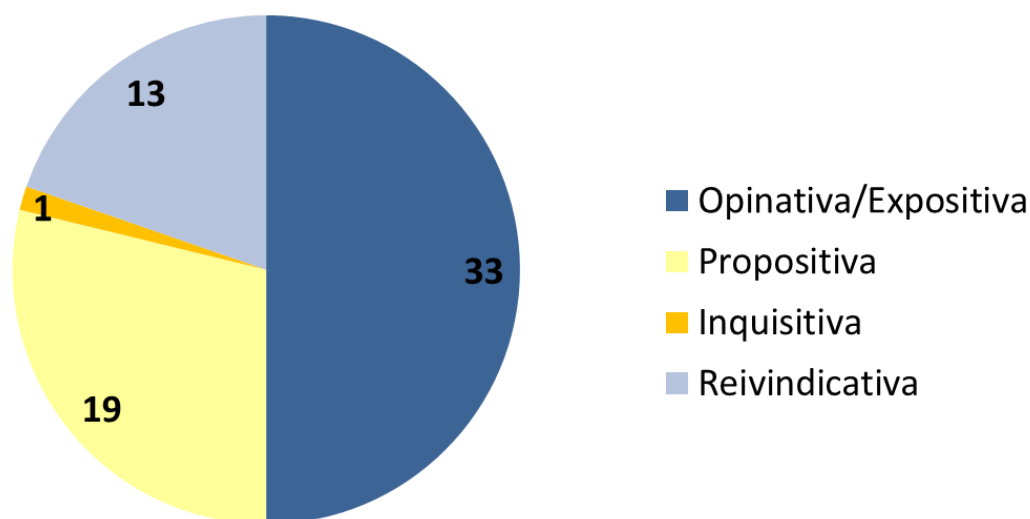
A questão 13 aborda outros planos do Sistema de Planejamento Urbano previstos no PDE, os Planos Regionais e os Planos de Bairro. A maioria das respostas discursivas apontaram a necessidade de aperfeiçoamento da elaboração e implementação desses planos. As respostas discursivas indicaram que os Planos de Bairro não foram realizados e difundidos, com necessidade de mecanismos que fomentem a sua elaboração e aplicação. Há também um grupo de contribuições inquisitivas sobre o andamento dos perímetros de ação presentes nos Planos Regionais.

### **7.1. Análise Quantitativa**

No tema de Habitação foram recebidas 82 contribuições totais e, entre essas, 74 são contribuições originais. Entre as contribuições originais, 66 (89%) possuem relação com o PDE e 8 (11%) não possuem relação com o PDE. As contribuições que não possuem

relação com o PDE, possuem natureza predominantemente inquisitiva e as contribuições que possuem relação com o PDE possuem natureza categorizada conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 27. Contribuições pertinentes ao PDE por natureza da contribuição do eixo temático Gestão Democrática



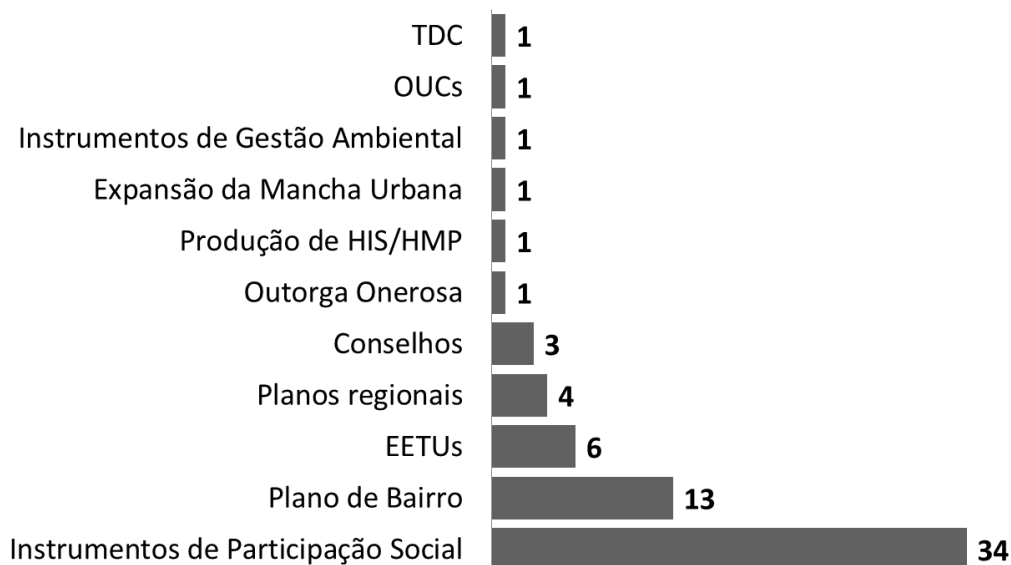
Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Descrição do Gráfico 27:

O Gráfico 27 apresenta, em formato de pizza, a natureza das contribuições originais que possuem relação com o PDE incluídas na plataforma Participe Mais, sendo: 1 contribuição Inquisitiva, 13 contribuições Reivindicativas, 19 contribuições Propositivas e 33 Opinitivas/Expositivas.

Na categorização em Subtemas Principais e Subtemas Secundários, as contribuições que possuem relação com o PDE foram enquadradas em 11 Subtemas Principais, sendo que 8 contribuições tiveram um Subtema Secundário associado ao principal. Entre os Subtemas Principais destacaram-se “Instrumentos de Participação Social” e “Planos de Bairro”. A relação com os Subtemas Principais no eixo temático de Habitação estão destacadas no Gráfico a seguir.

Gráfico 28. Subtemas Principais do eixo temático Gestão Democrática



Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Descrição do Gráfico 28:

O Gráfico 28 apresenta, em formato de barras, os subtemas atribuídos às contribuições incluídas na plataforma Participe Mais, sendo: 34 sobre Instrumentos de Participação Social, 13 sobre Plano de Bairro, 6 sobre Eixos de Estruturação e Transformação Urbana, 4 sobre Planos Regionais, 3 sobre Conselhos, 1 sobre Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), 1 sobre Produção de HIS e HMP, 1 sobre Expansão da Mancha Urbana, 1 sobre Instrumentos de Gestão Ambiental, 1 sobre Operações Urbanas e 1 sobre Transferência do Direito de Construir.

## 7.2. Síntese dos assuntos abordados nas contribuições

Dentro do Subtema de “Instrumentos de Participação Social” há contribuições que apontam para a necessidade de aprimoramento dos canais de participação com garantia de inclusão, propondo também melhorias nos canais de divulgação das atividades de participação social. Algumas contribuições reivindicam por uma revisão no sistema de eleição e regulamentação do Conselho Gestor das Operações Urbanas.

O Subtema “Conselhos” estava presente nesse eixo de contribuições a partir de um grupo de contribuições que discorreu sobre os conselhos participativos previstos no PDE, de forma generalizada. A abordagem desse grupo de contribuições apontou sobre a necessidade de revisão das competências e regramentos de composição dos conselhos.

O Conselho Municipal do Idoso foi mencionado com proposta de maior inclusão do Conselho nos mecanismos de participação social.

O Subtema “Plano de Bairro” teve contribuições que identificaram a ausência de aplicação do plano, reivindicando pela sua implementação.

O Diagnóstico de aplicação do PDE foi citado, com proposição de que a sua elaboração também seja feita de forma participativa.

### 7.3. Articulação das contribuições com o Plano Diretor Estratégico

As contribuições recebidas informam sobre a necessidade de aprimorar as estratégias de participação popular, as estratégias de escuta dos Conselhos participativos e revisão da formulação e eleição do Conselho Gestor das Operações Urbanas. Os Planos de Bairro foram mencionados e as contribuições sobre esse tema indicam a necessidade de estratégias para elaboração e realização desses planos.

Os Conselhos regulamentados pelo PDE foram abordados de forma geral, com proposição de revisão das competências e regramento de composição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório apresentou tanto na Parte I quanto na Parte II os resultados das questões objetivas e a sistematização das contribuições discursivas recebidas através do Portal Participe Mais.

Para as questões objetivas as respostas apontaram, em todos os casos, que os instrumentos, as estratégias e os parâmetros retratados nas questões 1 à 13 necessitam de algum tipo de aprimoramento.

Todas as questões receberam comentários, com destaque para a pergunta 14, a qual, em função do formato aberto, estimulava interações discursivas. Em seguida, as perguntas 01 e 02 foram, respectivamente, segunda e terceira posição no número de contribuições discursivas. Os totais de contribuições escritas atribuídos a cada questão estão explicitados no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3. Número de Contribuições Escritas por Questão do Participe Mais

QUESTÃO	NÚMERO DE CONTRIBUIÇÕES ESCRITAS
1	103
2	79
3	64
4	51
5	44
6	50
7	70
8	69
9	40
10	46

QUESTÃO	NÚMERO DE CONTRIBUIÇÕES ESCRITAS
11	57
12	45
13	54
14	135

Elaboração: SMUL/Planurb, 2022.

Considera-se que os resultados das questões diretas têm indicado demandas para aprimoramentos no PDE, e que as contribuições escritas auxiliam na compreensão das diferentes perspectivas que pautam cada eixo temático. Destaca-se, também, que embora as 14 questões não abordem a totalidade de instrumentos e estratégias que fazem parte do PDE, têm característica interdisciplinar, de modo que permitem categorizar as contribuições em um variado conjunto de temas que dão subsídio a estudos técnicos complementares e a pautas para definição do escopo da revisão. Um exemplo dessa interdisciplinaridade se dá nas questões que abordaram os EETUs, onde as diferentes contribuições os correlacionam com outros temas que compõem o PDE, como habitação, meio ambiente, patrimônio cultural e infraestrutura urbana. Ou seja, a multiplicidade de olhares dos munícipes trouxe contribuições escritas que relacionam diferentes questões da temática urbana. Especificamente para o trabalho de SMUL/Planurb, os resultados assinalados nas questões objetivas apontam a necessidade de analisar o que está disposto no PDE e de verificar a necessidade de ajustes. Por sua vez, as contribuições escritas, na medida em que foram categorizadas em subtemas, subsidiam análises complementares ao Diagnóstico de Aplicação do PDE/2014, apontando a viabilidade de alterações em parâmetros de alguns instrumentos.

A sistematização tratada neste documento não só consolida a etapa 1 da revisão do plano diretor, que indica os limites da revisão e identifica os principais assuntos, como também subsidia a etapa 2 de levantamento de propostas e elaboração da minuta da lei. A sistematização deste relatório e dos outros que compõem o conjunto de produtos desta etapa 1 (bem como as contribuições na íntegra) balizarão os estudos técnicos realizados dentro de SMUL/Planurb de forma a guiar este processo de revisão intermediária.